



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DE GÊNERO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EaD GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA**

ROSÂNGELA MONTEIRO SIMIANO

**GÊNERO E SEXUALIDADES NA EDUCAÇÃO:
PERCEPÇÕES E EXPERIÊNCIAS DE PROFESSORAS E
PROFESSORES DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA ENGENHEIRO
ANNES GUALBERTO**

**FLORIANÓPOLIS
2016**

ROSÂNGELA MONTEIRO SIMIANO

**GÊNERO E SEXUALIDADES NA EDUCAÇÃO:
PERCEPÇÕES E EXPERIÊNCIAS DE PROFESSORAS E
PROFESSORES DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA ENGENHEIRO
ANNES GUALBERTO**

Trabalho de Conclusão do Curso
apresentado para obtenção do título de
Especialista em Gênero e Diversidade na
Escola. Orientadora: Profa. Dra. Maise
Caroline Zucco

**FLORIANÓPOLIS
2016**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Simiano, Rosângela Monteiro

Gênero e Sexualidades na Educação: Percepções e
Experiências de Professoras e Professores da Escola de
Educação Básica Engenheiro Annes Gualberto / Rosângela
Monteiro Simiano ; orientadora, Maise Caroline Zucco -
Florianópolis, SC, 2016.

67 p.

Monografia (especialização) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.
Curso de Curso de Especialização EaD Gênero e Diversidade
na Escola.

Inclui referências

1. Gênero e Diversidade na Escola. 3. Escola. 4. Gênero.
5. Sexualidades. I. Zucco, Maise Caroline. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Curso de
Especialização EaD Gênero e Diversidade na Escola. III.
Título.

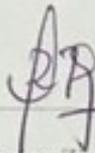
ROSÂNGELA MONTEIRO SIMIANO

GÊNERO E SEXUALIDADES NA EDUCAÇÃO: PERCEPÇÕES E
EXPERIÊNCIAS DE PROFESSORAS E PROFESSORES DA ESCOLA DE
EDUCAÇÃO BÁSICA ENGENHEIRO ANNES GUALBERTO

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para
obtenção do título de Especialista em
Gênero e Diversidade na Escola (GDE).

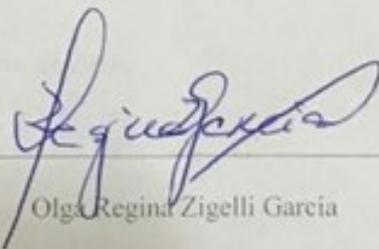
Aprovado em 10 de dezembro de 2016.

Coordenação do Curso:

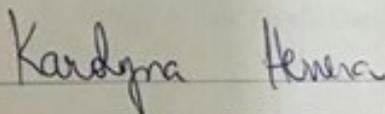


Olga Regina Zigelli Garcia

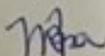
Banca Examinadora:



Olga Regina Zigelli Garcia



Karolyna Marin Herrera



Marinês da Rosa

AGRADECIMENTOS

Agradeço, sincera e simplesmente, a Deus, pela vida. Minha filha Joana, seu amor e seu sorriso iluminam minha vida e tornam meus dias abençoados. Minha mãe sua força e sua fé, sempre nos incentivando a seguir em frente. Minha irmã parceira, companheira de todas as horas. Meu irmão, presença garantida em todos os momentos. Professora Maise minha orientadora, sua paciência, estímulo e valorização me proporcionaram uma das experiências mais intensas de aprendizagem. Professoras e professores que contribuíram para esta pesquisa, com suas experiências e saberes. Coordenação, professores e colegas do Curso Gênero e Diversidade na Escola, por compartilharem seus conhecimentos.

Registro aqui um agradecimento especial, pelo financiamento dado ao Curso de Especialização EaD em Gênero e Diversidade na Escola da Universidade Federal de Santa Catarina (GDE/UFSC), através do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE), gerido pela SECADI/MEC (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação), na gestão da presidenta Dilma Rousseff (2011-2015), sem o qual seria impossível a operacionalização de um curso de dois anos de duração, em cinco cidades de diversas regiões do estado de Santa Catarina. Agradecemos, sobretudo, os investimentos que durante os últimos 13 anos possibilitaram a expansão de políticas públicas de combate a fome, ao racismo, sexismo, lesbofobia, homofobia, transfobia e ao capacitismo. Infelizmente, a conjuntura política no último ano quase impossibilitou a conclusão desta 3ª edição do GDE, sobretudo depois da extinção da SECADI, que foi criada em 2004 e que possibilitou a realização de centenas de cursos com temáticas que versavam sobre diferenças, desigualdades e direitos humanos em todo o Brasil. Uma política de governo que infelizmente não se concretizou em uma política de Estado, ao contrário, vem sendo extinta e criminalizada por diversos setores conservadores na sociedade. Que essa especialização seja lembrada como um espaço de resistência e de luta, por uma sociedade mais justa e igualitária.

RESUMO

O presente trabalho investigou a percepção dos professores da Escola de Educação Básica Engenheiro Annes Gualberto, em Braço do Norte (SC), acerca dos conceitos de gênero e sexualidades. Entre os objetivos do trabalho esteve analisar os documentos legais que instrumentalizam a discussão sobre o tema; investigar as preocupações do PPP sobre as questões de diversidade; refletir sobre as formações docentes; o que esses/essas profissionais consideram importantes no processo ensino-aprendizagem. Para isso, a metodologia utilizada foi uma pesquisa quantitativa/qualitativa com os/as professores/as de sexto ao nono ano do Ensino Fundamental, através da aplicação de um questionário com questões fechadas e abertas, com docentes da instituição. A perspectiva desse trabalho é instrumentalizar para a Escola para ações que possam ser adotadas no intuito de melhorar as práticas pedagógicas no que tange o debate sobre gênero e sexualidades.

Palavras-chave: Escola; Gênero; Sexualidades

ABSTRACT

The present work investigated the perception of the School of Basic Education Engineer Annes Gualberto teachers, in Braço do Norte county (SC) about the concepts of gender and sexualities. Among the objectives of the study was to analyze the legal documents that instrumentalize the discussion on that subject; Investigate the PPP concerns about diversity issues; Reflect on teacher training; What these professionals consider important in the teaching-learning process. For this, the methodology used was a quantitative/qualitative research with the teachers from the sixth to the ninth grade of Elementary School, through the application of a questionnaire with teachers of the institution, using closed and open questions. The perspective of this work is instrumental to the School for actions that can be adopted in order to improve pedagogical practices regarding the debate about gender and sexualities.

Keywords: Elementary School; Gender; Sexualities

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Perfil de gênero da pesquisa	p. 39
Gráfico 2 – Perfil da faixa etária da pesquisa	p.39
Gráfico 3 – Perfil do estado civil da pesquisa	p. 40
Gráfico 4 – Questão sobre se possui filhos/as	p. 41
Gráfico 5 – Perfil do número de filhos/as	p.41
Gráfico 6 – Perfil da formação	p.42
Gráfico 7 – Perfil das áreas do conhecimento	p.42
Gráfico 8 – Perfil sobre formação complementar	p.43
Gráfico 9 – Perfil sobre curso de formação continuada	p.44
Gráfico 10 – Perfil das escolas que trabalhou	p.47
Gráfico 11 – Perfil de docentes que trabalham ou não com o tema	p.48
Gráfico 12 – Questão se já teve estudante travestis, transgênero, lésbicas ou homossexuais	p.49
Gráfico 13 – Perfil da experiência docente em relação ao debate de gênero e diversidade	p.49
Gráfico 14 – Participação da construção do PPP	p.51
Gráfico 15 – Reflexo da retirada do debate de gênero e sexualidade de documentos oficiais	p.52

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. CAPÍTULO 1: GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA ENGENHEIRO ANNES GUALBERTO: IDENTIFICAÇÃO E DIRETRIZES LEGAIS	14
2.1. LEGALIDADE	17
3. CAPÍTULO 2: PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA ENGENHEIRO ANNES GUALBERTO: CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E METODOLÓGICA	21
3.1. OS CAMINHOS DA EEBEAG EM 2012.....	21
3.2. OPERACIONALIZAÇÃO DO PPP 2016.....	29
4. CAPÍTULO 3 - GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA – EXPERIÊNCIAS SOBRE A TEMÁTICA, NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA ENGENHEIRO ANNES GUALBERTO DOS PROFESSORES DE 6º AO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL.....	37
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
6. REFERÊNCIAS.....	59
7. APÊNDICES	62
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	62
APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO	63

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a visão dos/as professores/as da Escola de Educação Básica Engenheiro Annes Gualberto, no município de Braço do Norte (SC), para saber como conduzem a abordagem dos temas gênero e sexualidades em suas aulas. Conhecer angústias, dúvidas e certezas que permeiam o trabalho desses profissionais relacionados a esse tema.

Já no início dos estudos do curso em Gênero e Diversidade na Escola mais e mais fui percebendo a importância de tratar com especificidade cada um dos temas estudados ao longo do curso: Gênero, religião, deficiências e raça. Cada disciplina representando um maior desafio, conhecimento e questionamentos. Conforme Gesser; Zandoná (2015, p.52) “assim percebemos como o etnocentrismo se relaciona com o conceito de estereótipo, que consiste na generalização e atribuição de valor (na maioria das vezes, negativo) a algumas características de um grupo, reduzindo a essas características e definindo os ‘lugares de poder’ a serem ocupados”. Então, faz-se necessário saber, como é essa relação na escola em seu dia a dia, como a escola pontua as diferenças, se é que as pontua. A leitura de textos dos mais diversos autores e autoras trouxeram à tona histórias de lutas por direitos iguais para todas as pessoas. Os movimentos feministas e de mulheres mostraram o quanto cada conquista atual é fruto de embates políticos e históricos. A luta das mulheres de forma organizada por direitos básicos, direito à vida, educação, ao direito de votar e ser votada, trabalho remunerado, propriedade e herança (PEDRO, 2015, p.118).

Dentro desse processo particular de aprendizagem, inicialmente minha preocupação esteve centrada na questão da educação sexual. Minha impressão e experiência profissional direcionavam que a educação sexual na escola por vezes se resume a parte biológica, saúde e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, além de métodos contraceptivos com o objetivo maior de evitar uma gravidez indesejada na adolescência. Para professores/as, orientadores/as educacionais uma abordagem segura, geralmente realizada pela área de Ciências:

O trabalho de educação sexual deveria ser desenvolvido de forma grupal, pois, na percepção docente, os aspectos relativos à sexualidade não deveriam ser tratados de forma individual, entretanto seria importante que fosse de maneira sutil. (QUIRINO; ROCHA, 2013, p. 680).

No entanto, sexualidade abrange muito mais que a relação sexual entre pessoas de sexo diferente ou de ambos os sexos. É preciso ter consciência que sexualidade compreende não só aspectos biológicos, mas os afetos, as vivências e experiências sexuais. Somos mais que um corpo masculino ou feminino por definição biológica, mas como expressamos e socializamos a partir do nosso alinhamento normativo entre natureza/cultura. Nossos sentimentos, o que vivemos nossas experiências pessoais e de trabalho nosso relacionamento conosco e com o mundo nos definem e estão sempre em constante construção. Nossa sexualidade é a expressão de nossos desejos e atrações.

Mas, quando o assunto é sexualidades e gênero, a postura ainda é um pouco diferente. Encontramos certa resistência nos educadores, nos pais, nas escolas. Os alunos/as estão curiosos/as, necessitam de respostas a suas perguntas e, não somente aquelas perguntas de cunho biológico. Querem respostas específicas em relação a gênero, ou corpo, às não adequações aos padrões estéticos sociais. Diferenciar homem e mulher não mais é suficiente, é primordial pensarmos a multiplicidade das identidades e o produto de opressões que são gerados a partir de certas identidades e nesse sentido Joan Scott (1990, 125) define que o “gênero é constituído por relações sociais: estas estavam baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e, por sua vez, constituíam-se no interior de relações de poder”. Nesse sentido, o espaço escolar é o ambiente ideal para promover e oportunizar a difusão do conhecimento científico, que oferece a oportunidade de discuti-los, debatê-los por parte dos maiores interessados/as: os e as estudantes.

Considerando o objetivo da pesquisa uma das questões foi saber se existe, por parte dos professores/as, desejo de promover o debate e dar subsídios aos temas de gênero e sexualidades. Como explica Scott (2015, p. 125) “gênero significa o saber a respeito das diferenças sexuais”, saberes estes que possibilitem ao estudante reflexão maior a respeito de si e do outro, pois, “um saber que estabelece significados para as diferenças corporais” (SCOTT, 2015, p. 125).

Um dos elementos de interesse foi analisar se o PPP da escola contempla o tema gênero e sexualidades e de que forma o faz, se os/as professores/as participam de sua elaboração.

A metodologia utilizada foi uma pesquisa quantitativa e qualitativa, com realização de questionário com as/os professoras/es do sexto ao nono ano do Ensino Fundamental da Escola de Educação Básica Engenheiro Annes Gualberto. Assim, pretendeu-se através de uma pesquisa dessa modalidade responder a essas questões e analisar junto a essas professoras/es sua postura frente ao debate. O questionário enquanto método:

Permite, dessa forma, um direcionamento maior no sentido de que o/a entrevistador/a sugira os temas específicos de importância fundamental para a investigação, e que podem ser esclarecidos nesse tipo de interação. (GROSSI *et al.*, 2016, p. 242).

No que se refere a cuidados éticos, ao solicitar sua participação os envolvidos foram informados sobre os objetivos da pesquisa, sobre a liberdade que os mesmos possuem para continuar na pesquisa ou dela sair sem prejuízos para si a qualquer momento, o compromisso de confidencialidade para com os mesmos e o termo de consentimento livre e esclarecido, em atenção à Resolução 466/2012, que orienta o desenvolvimento de pesquisas com seres humanos no Brasil.

Para pensar o desenvolvimento inicial dessas hipóteses em relação ao espaço escolar foram importantes algumas leituras. Descrito pelo autor em seu prefácio como um “manual prático de elaboração de projeto de pesquisa”, Gil (2002, p. 15) oferece o olhar apurado para o qual precisamos nos atentar. Da definição do que é uma pesquisa, como realizá-la com metodologia necessária para que a mesma seja considerada como tal, até sua finalização, todos esses elementos embasaram o desenvolvimento deste trabalho.

Para enriquecer esse processo, olhar atentamente a apresentação de um passo a passo detalhado da elaboração de projetos de pesquisa e relatórios das mesmas, se faz necessário, como o apresentado a seguir:

Alguns aspectos da pesquisa podem ser aprendidos apenas no contexto de uma comunidade de pesquisadores comprometidos com tópicos e maneiras de pensar particulares, interessados em compartilhar com outros o fruto de seu trabalho. (BOOTH; COLOMB; WILLIAMS, 2005, p. 15)

Sendo essa a primeira vez que escrevo um Trabalho de Conclusão de Curso, consigo vislumbrar muitas e repetidas leituras desse material. Nas leituras preliminares do mesmo, foi possível perceber quanto um trabalho precisa de embasamento e metodologia, mais leituras e discussões, muita escrita, anotações, lembretes que nortearão a sequência de todo trabalho que se deseja realizar.

As expectativas, ao final dessa pesquisa, são identificar os maiores problemas enfrentados pelos/as professores/as em sua escola em efetuar um trabalho de discussão de gênero e sexualidades que trouxesse aos estudantes maior consciência acerca de si mesmo, seu corpo e suas relações com o outro; buscando compreender quais os objetivos pretendidos pelas/os professoras/es, como elas/eles elaboram, aplicam e avaliam os conceitos e quais conceitos são considerados no processo de ensino-aprendizagem. Esse trabalho foi realizado

de forma interdisciplinar onde as indagações passaram pela preocupação de estudo dos conceitos de sexualidades e gênero, o interesse de estudantes ou se a abordagem dessas questões tratam de trabalhos individuais, descontextualizados dentro de determinada disciplina num momento estanque realizados por abordagens desses/as professores/as. O interesse investigativo esteve em verificar junto aos professores e professoras quais as ações poderiam ser adotadas para melhorar, se é que é necessário melhorar segundo avaliação das mesmas a prática pedagógica.

Considero que durante o processo de construção deste trabalho foi imprescindível a atenção a alguns conceitos; como, por exemplo, observar que o conceito de gênero é relativamente recente, entrando no debate acadêmico brasileiro na década de 1980. Os movimentos feministas com suas conquistas históricas sobre os direitos das mulheres ao direito de votar e ser votada, de acesso e permanência na escola, direito ao trabalho e a vida foram imprimindo novos sentidos a conceitos anteriormente aceitos como definitivos, sendo destacada essa construção de conceito com uma abordagem histórica do mesmo e suas implicações nos dias atuais. (PEDRO, 2015, p. 101).

Pensando na articulação desse conceito com debates educacionais, que pode ser assim encaminhado:

Ainda que teóricas e intelectuais disputem quanto aos modos de compreender e atribuir sentido a esses processos, elas e eles costumam concordar que não é o momento do nascimento e da nomeação de um corpo como macho ou como fêmea que faz deste um sujeito masculino ou feminino. A construção de gênero e da sexualidade dá-se ao longo de toda a vida, continuamente, infundavelmente. (LOURO, 2008, p. 18).

Esse olhar atento sobre as discussões e conceitos atribuídos ao que é masculino e o que é feminino e como essa representatividade é abordada, se é que é abordada no ambiente escolar.

A partir de uma pesquisa que buscou saber como o tema homofobia é tratado por professoras e escola no contexto curricular, percebe-se que na maioria das vezes as professoras não estão ou não se sentem o suficiente preparadas para realizar uma discussão, um debate sobre sexualidades para além da abordagem biológica, de cunho heteronormativa.

Os dados indicam que é necessário que seja feito um trabalho educativo com as diretoras de escolas e com orientadoras pedagógicas, para que sejam sensibilizados para questão e possam dar suporte às professoras que tomam para si a tarefa de abordar temas como a homofobia. (BORGES, *et. Al.*, 2011, p. 22).

A outra abordagem importante é a pesquisa que visou conhecer os saberes dos estudantes de Educação Física e, supervisoras, inseridos no Programa Institucional de Bolsa

de Iniciação à Docência relacionada aos conceitos de gênero, sexualidade e orientação sexual nas práticas escolares com os mais diversos grupos de alunos/as estabelecendo, a partir do evidente despreparo dos entrevistados, a necessidade de uma política por parte dos cursos de licenciatura que inclua em seus currículos essa temática para que futuros/as professores/as tenham embasamento teórico e estabeleçam em sua metodologia de ensino os conceitos apontados como relevantes na busca de uma educação mais inclusiva e menos homofóbica e discriminatória.

Entretanto, cabe destacar que, se as questões de gênero e sexualidade estão presentes na escola, não podem ser abordadas somente quando solicitadas, mas integrar o currículo escolar, dos cursos de capacitação docente, assim como as discussões da proposta político-pedagógica da escola e da educação brasileira em geral. (ANDRES; JAEGER; GOELLNER, 2015, p.176).

A reflexão sobre documentos e a análise do PPP se mostrou importante pensar os debates sobre políticas públicas, considerando que: “chamamos a atenção para mudanças de comportamentos que levam às diferenças e desigualdades em nossa cultura e destacamos a relevância na construção de uma sociedade com justiça social”. (GRAUPE; SOUZA, 2016, p. 72). Salientam ainda a importância dos princípios legais para o estudo de gênero nas escolas. Abordam a importância desde a Constituição Federal, PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais, Proposta Curricular de Santa Catarina para que a educação sexual nas escolas não incorra no aumento de desigualdades e preconceitos. Com essa abordagem pode-se estabelecer bases para a verificação do que há respaldo legal para trabalhar esses temas na escola e que os/as professores/as possuem apoio para transitar entre esses conceitos e suas diversidades.

Ressaltar conquistas contemporâneas é reconhecer que a história das mulheres e das lutas feministas se confunde. De forma organizada e coletiva, ou individualmente, foram inúmeras as mulheres que contribuíram para a construção de diversas mudanças sociais. (BARRETO *et al.*, 2015, p. 18).

Assim, conhecer as lutas e conquistas das mulheres é de suma importância pra que se possa dialogar com os/as professores/as e suas práticas pedagógicas no que se relaciona a educação sexual nas suas aulas, propostas curriculares ou em projetos elaborados especificamente com esse fim.

Em o movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios Vianna (2015, p.13) destaca “O sistema educativo brasileiro segue ignorando a sexualização da infância e a existência das jovens e dos jovens LGBT”. Esse artigo oferece uma análise das políticas educacionais de gênero e diversidade sexual durante o governo Lula narrando como essas políticas, que tem cunho já nos organismos internacionais

chegam ao nosso país e sofre ainda muita repressão por determinados grupos. Questiona como e quanto dessas políticas públicas implementadas e/ou encaminhadas para os sistemas educacionais são de real conhecimento e apropriação por parte dos educadores foi uma questão que me ocorreu a partir dessa leitura e que me remeteu ao objeto de análise.

Com o objetivo de investigar as experiências em relação às questões de gênero e sexualidades de docentes da Escola de Educação Básica Engenheiro Annes Gualberto o trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro são apresentados documentos educacionais que versam sobre esse debate e orientam a prática docente, como é o caso do Plano Nacional de Ensino, Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs e Plano Estadual de Ensino. No segundo capítulo é estabelecida uma análise dos Projetos Políticos Pedagógicos - PPP, da Escola de Educação Básica Engenheiro Annes Gualberto, no intuito de discutir como a instituição se posiciona diante do tema e qual o perfil desse espaço escolar. O terceiro capítulo busca refletir sobre as formações docentes e o que esses/essas profissionais consideram importante no processo ensino-aprendizagem no que se refere a essa temática. O recorte metodológico se deu através de uma pesquisa quantitativa/qualitativa com professores/as do sexto ao nono ano do Ensino Fundamental, com a aplicação de um questionário.

2. CAPÍTULO 1: GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA ENGENHEIRO ANNES GUALBERTO: IDENTIFICAÇÃO E DIRETRIZES LEGAIS

Gênero e sexualidades são temas que normalmente são discutidos e debatidos em diversos momentos, em muitos grupos e com certeza, na escola. Mas como essa discussão, esse debate é conduzido na escola, como os professores/as realizam o encaminhamento dessas discussões? Faz parte do planejamento escolar, do currículo prescrito ou apenas responde perguntas pontuais, trazidas para a realidade da sala de aula pelos/as estudantes, seja por seu próprio interesse ou por questões abordadas na mídia? Com essas perguntas em mente, nasce um desejo de buscar respostas. Assim, iniciei uma pesquisa na Escola de Educação Básica Engenheiro Annes Gualberto, em Braço do Norte, Santa Catarina. A escola pertencente à rede estadual de ensino de Santa Catarina, situada na área urbana.

Contemplaremos agora a caracterização do município de Braço do Norte e da Escola de Educação Básica Engenheiro Annes Gualberto, palco dessa investigação. Braço do Norte teve sua colonização iniciada em 1862 e tem uma população estimada em 2015 de 31.765 pessoas (IBGE, 2010). Em 2013, seu Produto Interno Bruto (PIB) foi de R\$767.245,00 e PIB per capita no valor de R\$24.855,68. O índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) foi de 0,778 (IBGE, 2013), o que coloca Braço do Norte como 22ª na classificação estadual. Possui uma área territorial bastante extensa, considerando as dimensões do estado, somando um total de 223,91km. O perímetro urbano de Braço do Norte é composto por 16 bairros, além de 27 bairros que fazem parte do perímetro rural (Lei Municipal nº 1465, de 30 de abril de 1999).

A distribuição das religiões em Braço do Norte, segundo dados do IBGE, Censo de 2010, destaca que as religiões seguidas pela população são: Religião Católica Apostólica Romana, espíritas e Evangélicos.

Em relação aos índices educacionais do município, o IDEB observado em Braço do Norte, no ano de 2013, 4ª série/5º ano foi de 6,2, enquanto a meta projetada era de 5,2. Para 8ª série/9º ano o IDEB observado 4,4 e meta projetada de 4,2. Em comparação ao IDEB observado na Escola de Educação Básica Engenheiro Annes Gualberto, com o IDEB observado no município de Braço do Norte, percebe-se um índice maior para município. Os índices obtidos nas escolas do município em relação aos índices nacionais são maiores, mostra resultados positivos desse município que tem muito trabalho a ser feito para alcançar

suas metas. O município, conta com 22 escolas municipais, 6 escolas estaduais e 5 escolas da rede privada.

Segundo os dados do Projeto Político Pedagógico, 2012, o Grupo Escolar Engenheiro Annes Gualberto iniciou suas atividades em 17 de março de 1964 e em 07 de outubro de 1964 foi solenemente inaugurado, com a presença do então Governador do Estado, Celso Ramos e o Engenheiro Annes Gualberto, homenageado com o nome da escola, funcionando de 1ª a 4ª série. Posteriormente, em 24 de agosto de 1976 tem a autorização para atendimento de 5ª a 8ª série. (PPP, 2012).

Nesse sentido, o Decreto nº 1309 de 24 de agosto de 1976 transforma em escola Básica, o Grupo Escolar Engenheiro Annes Gualberto. Em 03 de maio de 1986 foram inauguradas as duas salas de aula do pré-escolar Chapeuzinho Vermelho, atendendo a reivindicação da comunidade ao oferecer essa modalidade, que encerra suas atividades nessa Unidade Escolar em 2008, quando é transferida para o município a responsabilidade total, da oferta da Educação Infantil pública.

As escolas estaduais do município têm, como forte característica cultural, a apresentação de suas bandas durante o desfile cívico de comemoração da Independência do Brasil. No dia sete de setembro de 1989 foi oficializado o nome da Banda da Escola de Educação Básica Engenheiro Annes Gualberto, que passou a chamar-se Padre Valentin Oenning.

A Portaria nº 252/93 autorizou o funcionamento do curso de Ensino Médio Educação Geral no Colégio Estadual Engenheiro Annes Gualberto, que em 1999 foi extinto com a criação da Escola Jovem (reordenamento em rede), onde se pretende que alunos da Educação Infantil, responsabilidade dos municípios não estudem na mesma escola com alunos do Ensino Fundamental e Médio que são de responsabilidade do estado, em cumprimento a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB – 9.394/96. Mas o estado procurou ainda, manter em escolas diferentes o Ensino Fundamental e Médio, promovendo a chamada escola jovem, como forma de estimular e valorizar o Ensino Médio. A escola passou ao longo dos anos por reformas e ampliações com a construção de mais nove salas, banheiros feminino, masculino e adaptado, além de pátio coberto para melhor atender o aumento da demanda.

Pensando sobre a infraestrutura disponível, a escola apresenta algumas deficiências. Destaca-se a ausência de ginásio de esportes e a quadra esportiva, além de não possuir cobertura, necessita de uma total reforma e pintura. Outra questão são os problemas de acessibilidade, embora conte com algumas rampas, apresenta uma total carência de rampas de acesso às salas de aula, refeitório e quadra esportiva e as mesmas não atendem às

especificações, para pessoas com mobilidade reduzida. Como exemplo, a ampliação mais recente realizada na escola é de uma ala com dois pisos, cujo acesso ao piso superior é possível apenas por escadas. A escola não possui calçada cidadã, que deve oferecer “acessibilidade, largura adequada, fluidez, continuidade, segurança, espaço de socialização e desenho da paisagem”; conforme especificações da ABNT NBR 9050:2004. Segundo o Projeto Calçada Acessível 2012, a calçada precisa conter as seguintes faixas de utilização da calçada:

Faixa livre - Área do passeio ou calçada destinada exclusivamente à circulação de pedestres. Faixa de serviço - Destinada à colocação de árvores, rampas de acesso para veículos ou portadores de deficiências, poste de iluminação, sinalização de trânsito e mobiliário urbano como bancos, floreiras, telefones, caixa de correio e lixeiras. Faixa de acesso - Área em frente a imóvel ou terreno, onde pode estar a vegetação, rampas, toldos, propaganda e mobiliário móvel como mesas de bar e floreiras, desde que não impeçam o acesso aos imóveis. É, portanto, uma faixa de apoio à sua propriedade. (Projeto Calçada Acessível, 2012, p. 4)

Segundo informações do Instituto de Estudos e Pesquisas (INEP), do Censo Escolar de 2014, publicados no Diário Oficial, no dia 09 de janeiro de 2015, a EEB Engenheiro Annes Gualberto atende 605 alunos, distribuídos do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental, totalizando 23 turmas. Sendo que 206 estão matriculados nas Séries Iniciais e 399 nas Séries Finais. A média de estudantes por turma, segundo dados do Censo Escolar de 2016, nos Anos Iniciais é de 20,6 alunos e nos Anos Finais 28,5.

Quanto ao índice de rendimento escolar apresenta uma taxa de aprovação de 94,7%, sendo que nos anos iniciais foi de 96,5% e nos anos finais de 91,8%. A taxa de abandono escolar foi de 0,2% e a taxa de distorção total (idade-série) foi de 15,1%, sendo que nos anos iniciais foi de 8,3% e nos anos finais 20,8%.

Os dados de 2015 apontam 608 alunos, 90,5% foram aprovados, 7,4% reprovados e 2,14% reprovados por infrequência escolar. Percebe-se que os índices de reprovação são considerados altos. Na avaliação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), nos Anos Iniciais de 2011 para 2013 houve um decréscimo na média de 5,3 para 4,3 respectivamente, não alcançando a meta estipulada.

Dentre as e os estudantes 61,45% declaram-se de cor branca, 23,77% de cor parda, 8,12% de cor negra, 2,9% amarelo e 1,74% indígena. Os/as alunos/as são oriundos/as de diversos bairros periféricos da cidade. Como a região de Braço do Norte possui potencial industrial, a maioria dos pais dos alunos/as são funcionários de empresas situadas no município. Outros atuam como autônomos (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2016).

A escola possui Conselho Deliberativo Escolar atuante desde agosto de 1999, e Grêmio Estudantil em atividade desde o ano de 2015. Um dos muitos problemas enfrentados pela escola e comunidade escolar diz respeito à segurança. A Associação de Pais e Professores, em um esforço conjunto com a comunidade conseguiu instalar um sistema de monitoramento por vídeo, nos principais pontos do prédio escolar para inibir a ação de vândalos, que infelizmente, é algo comum no bairro. Mas mesmo com essa iniciativa, ainda ocorrem problemas. Assim, escola e comunidade escolar em conjunto solicitaram junto a Secretaria de Educação do Estado a contratação de pessoal especializado em segurança, que não existe na escola hoje, tanto para evitar a ação de vândalos, como para evitar invasões que ofereçam risco a segurança de estudantes, professores e demais membros da equipe escolar.

Considerando os diagnósticos educacionais, que não são distintos da própria escola que aqui serve de objeto de estudo, municípios e estados constroem iniciativas para transformação desse setor. Como por exemplo, os Planos de Educação para o próximo decênio, visam através de metas promover a solução, ou pelo menos a busca de soluções, para os maiores ou mais comuns problemas relacionados ao sistema educacional. Considerando a conjuntura atual e os casos de bullying nas escolas, como esses Planos abordam a questão de gênero e sexualidades?

2.1. LEGALIDADE

Para maior compreensão do tema em estudo, busca-se orientação nas principais Leis Federal, Estadual e Municipal.

Em 03 de junho de 2015 foi publicada a Lei Complementar Municipal Nº 347, que institui o Plano Municipal de Educação para o Decênio 2014-2024. O Plano destaca as responsabilidades do município com a Educação Infantil, Ensino Fundamental, inclusive nas modalidades de Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial, em articulação com as redes estadual e privada, que compõem o Sistema Estadual de Ensino.

A leitura do Plano Municipal de Educação de Braço do Norte deixa claro, que o município tem a pretensão de cumprir as Leis Nacionais e Estaduais que garantem o acesso e a permanência na escola com qualidade. Evidencia como uma de suas metas a Educação Inclusiva, ensino da história e da cultura afro-brasileira e cultura indígena no currículo, nos termos da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 e da Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.

Pode-se observar que em relação a gênero e sexualidade, o Plano Municipal se abstém, ou seja, não segue as orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs e da Proposta Curricular de Santa Catarina.

Os Parâmetros curriculares Nacionais – PCNs - Temas Transversais, 1998, orienta o trabalho de professores/as e toda equipe gestora das escolas, na promoção do respeito às diversidades. Com cadernos específicos sobre Ética, Pluralidade Cultural, Meio ambiente, saúde e Orientação Sexual, pretendem a promoção e garantia da igualdade de direitos para todos e todas, alunos e alunas de nosso imenso e diverso país.

Quanto à apresentação dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs esclarece que não são novos conteúdos ou objetivos criados, mas que precisam ser incorporados aos conteúdos já existentes nas diversas áreas de ensino. Incorporação essa, que atende aos objetivos da Constituição Federal – 1988, que determina como fundamentos do Estado Democrático de direito: a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; o pluralismo político. (artigo 1º da Constituição Federal). Assim, desde a década de 80 com a promulgação de nossa última carta constitucional e década de 90 com os PCNs, existe base e orientações específicas para que temas como gênero e sexualidade, entre outros sejam abordados nos currículos escolares.

Em Santa Catarina, a Proposta Curricular de 2014, no que se refere à temática de gênero e diversidade, apresenta no item 1.2 a “Diversidade como Princípio formativo”, (2014, p. 51), um retrospecto histórico de Leis e movimentos sociais em prol de políticas públicas, que promovam educação pautada no princípio do bem comum e no respeito à diversidade. Salienta a importância de “tratar educação sexual nas escolas, superando estereótipos das relações de gênero e modelo familiar único, através de reflexões e problematizações com o objetivo de trazer maiores recursos para as discussões sobre gênero, diversidade sexual e direitos humanos”. (Proposta Curricular de Santa Catarina, 2014, p. 61).

A atualização da Proposta Curricular de Santa Catarina, e considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação e direitos Humanos, estão em discussão: Educação para as relações de gênero; educação para a diversidade sexual (orientação sexual e identidade de gênero); educação e prevenção; educação ambiental formal; a educação das relações étnico-raciais; e as modalidades de ensino: educação especial; educação escolar indígena; a educação do campo e a educação escolar quilombola. (Atualização da Proposta Curricular de Santa Catarina, 2014, p. 57).

Assim, desde a década de 1980 com a promulgação de nossa última carta constitucional, década de 1990 com os PCNs, além da Proposta Curricular de Santa Catarina,

existem base e orientações específicas para que temas como gênero e sexualidade, entre outros sejam abordados nos currículos escolares.

Ainda pensando nos documento que versam sobre a educação, a Lei nº 16.794, de 14 de dezembro de 2015 aprovou o Plano Estadual de Educação (PEE) para o decênio 2015-2024, com 19 metas e mais de 300 estratégias e estabelece outras providências, para o Estado de Santa Catarina. O Plano Estadual de Santa Catarina apresenta na meta 1.17 que versa sobre implementar espaços de interatividade, considerando à diversidade da população, do público alvo, tais como: brinquedoteca, ludoteca, biblioteca infantil e parque infantil. No item 15.13, versa sobre a promoção de programas de formação dos profissionais de educação sobre diversidade, educação ambiental e educação especial, para a promoção e efetivação dos direitos sociais. Estes são os pontos mais destacados em relação à diversidade, inclusos às metas sobre a Educação Inclusiva, o ensino da história e da cultura afro-brasileira e cultura indígena no currículo, nos termos da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e da Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.

No tocante ao Plano Estadual de Santa Catarina, pergunta-se: As questões relacionadas a uma educação plena de qualidade foram devidamente contempladas, avaliadas e encaminhadas?

Em outra instância, a Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014 aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Destaca-se o artigo 2º, que define diretrizes do PNE, especialmente III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; e X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Surpreende, que um documento como o PNE não contempla as temáticas de gênero e sexualidade em sua integralidade, o que favoreceria a discussão e aprofundamento dos debates nas escolas. Mostrou-se mais conservador apesar de oferecer pequenas aberturas.

Ao analisar os Planos Estadual e Municipal de Educação, nota-se que seguem a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que determina princípios e fins da educação brasileira, estabelecendo como obrigatória a educação, garantindo igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, em seu artigo 3º, inciso I, além de enfatizar os conceitos do bem comum e respeito às diversidades.

Curiosamente nosso país tem buscado nos últimos anos, atendendo uma crescente luta por parte da população em prol de maiores direitos para todos e todas e a elaboração de Leis específicas. É o caso do Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016, que dispõe sobre o uso

do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, tem um importante papel nessa busca por igualdade de direitos.

Em Santa Catarina há instituições de Ensino Superior que servem como exemplo como é o caso da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC e o Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC, que promovem o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis, transgênero e transexuais.

Estamos vivendo um momento muito interessante e intenso no qual a sociedade se manifesta e mobiliza, em busca não só de direitos básicos, mas também, de direitos de inclusão e diversidade e, ao mesmo tempo, testemunhamos setores da sociedade que procuram parar ou impedir as temáticas de inclusão e diversidades, de estarem dentro do contexto escolar. Assim, a partir da investigação de documentos que asseguram o debate desses temas em sala de aula e na escola como um todo, e que durante a tramitação desses planos houve embate nas Câmaras, Assembleias e Senado, tencionando sobre a retirada do debate de gênero, sexualidade e diversidade. Nesse sentido, buscamos conhecer em que medida os docentes da instituição estudada corroboram com esse debate ou consideram a importância dessas discussões.

3. CAPÍTULO 2: PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA ENGENHEIRO ANNES GUALBERTO: CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E METODOLÓGICA

3.1. OS CAMINHOS DA EEBEAG EM 2012

Este capítulo é dedicado à apresentação e a análise dos dois últimos Planos Políticos Pedagógicos da Escola de Educação Básica Engenheiro Annes Gualberto, um deles em fase de construção. A princípio trabalharei com as questões dos elementos que ajudaram a construir o PPP de 2012, que está em vigor, e em uma segunda parte com o processo de construção do PPP de 2016, construção essa pensada já na avaliação institucional realizada no final do ano letivo de 2015, através da qual foram avaliados pontos essenciais para que esta escola promova uma educação de qualidade, com garantia de acesso, permanência e inclusão.

Saliento a importância do PPP dessa escola para a realização da pesquisa proposta, que busca informações específicas sobre o mesmo. Saber se a temática de gênero e sexualidade está inserida no PPP e de que forma isso acontece, além de compreender a participação dos/as professores/as nesse processo. Destaco interesse especial em entender como esse documento, que também incide sobre a prática docente, versa sobre diversidade e como a instituição marca sua preocupação com essas temáticas.

Nesse sentido, alguns questionamentos se fazem pertinentes como o que norteia o trabalho desenvolvido, os planejamentos, ações e organização da escola, além das Leis Nacionais, estaduais e municipais, resoluções e portarias em vigência? O que identifica, organiza e prepara a ação pedagógica precisa fazer parte, e estar elencado no Plano Político Pedagógico. Esse documento, assim como outros documentos escolares, deve ser vivo e trazer em seu bojo a realidade de toda a comunidade escolar, mas não apenas isso; precisa conhecer e reconhecer a realidade onde estão inseridas, bairros e os municípios como um todo, nosso estado, nossa nação.

O Projeto Político Pedagógico da EEB Eng^o Annes Gualberto, que está em vigência, é resultado de discussões coletivas, de embasamento legal, onde está respeitada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei N^o 9394/96; Lei Complementar N^o 170/98; Resolução CNE/CEB N^o 04/2010; Resolução N^o 7 de dezembro de 2010 do Ministério da Educação que fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 09 anos, bem como, a Resolução N^o 17/99 do CEE/SC.

Em sua justificativa é apresentado como “um documento aberto a mudanças, sempre que for necessário, pois o mesmo coloca os rumos que se quer tomar dentro do processo

educacional neste estabelecimento de ensino.” (PPP, 2012, p.1). Tem como objetivos “a cooperação, a valorização de diálogos, visando diminuir a exclusão, a evasão e a repetência, promovendo um ensino de qualidade voltado para atender as exigências do mundo contemporâneo.” (PPP, 2012, p.1).

O Projeto Político Pedagógico apresenta, inicialmente, a escola, sua história, sua localização e a história de seu patrono; seguindo com o diagnóstico físico, pessoal e financeiro da instituição. O diagnóstico físico apresentou toda a estrutura da escola com suas treze salas de aula, sala para professores/as, direção, secretaria, orientação e assistente técnico pedagógico, Serviço de Apoio ao Estudante com Deficiência – SAEDE/DM, banheiros, pátios, quadra, biblioteca, sala informatizada, refeitório, cozinhas, depósitos, além de salas para Educação Física e de vídeo, almoxarifado e depósitos.

Ficou evidenciado nesse item, a reivindicação da comunidade escolar para a construção de uma quadra coberta, instalação de aparelhos de ar condicionado para todas as salas e aquisição de material esportivo para as aulas de Educação Física. Nesse sentido, a escola encaminhou para a Secretaria de Estado da Educação solicitações específicas, as quais foram atendidas parcialmente, com reforma da estrutura física já existente, construção de um palco e do refeitório. O refeitório, no entanto, não atingiu as expectativas por não atender toda a demanda, já que o mesmo ficou pequeno.

Dando continuidade à apresentação do documento, é feito um breve relato sobre a clientela atendida pela escola, basicamente formada por crianças e adolescentes residentes no perímetro urbano. Na ocasião da construção do PPP de 2012, “foi realizada uma pesquisa por amostragem, abrangendo 191 famílias de um total de 697 alunos, atingindo todas as séries do Ensino Fundamental, na busca de geração de um diagnóstico”. (PPP, 2012, p.3).

O principal objetivo desta pesquisa foi o de conhecer as expectativas das famílias dos alunos em relação à escola e à educação, saber de onde os estudantes vêm e quais os principais problemas encontrados na comunidade, para que a escola possa estar ajudando-os na busca de soluções. (PPP, 2012, p.3-4).

Segundo informações contidas no PPP 2012, o questionário conteve oito perguntas, abertas e fechadas, identificando, entre outras questões, que a maioria dos pais dos/as nossos/as alunos/as encontravam-se na faixa de 30 a 46 anos de idade.

Sobre a formação, a maior parte dos familiares possui Ensino fundamental incompleto, sendo que dez famílias, pai e mãe, têm nível superior completo. A investigação concluiu que atende pessoas que residem nos bairros: Bela Vista, Centro, Coloninha, Floresta, Lado da União, Nossa Senhora de Fátima, Nossa Senhora das Graças, Santa Augusta, São

Basílio, São Francisco de Assis, São Januário, Trevo, Vila Nova, São Mateus. Esses respectivos bairros estão localizados na área urbana da cidade, alguns possuem fábricas, farmácias, igrejas, escolas, comércio, posto de saúde. Alto Travessão e Rio Bonito localizam-se na área rural do município, possui fábricas, lojas, farmácias e atividades rurais, como agricultura, pecuária e pesca. O destaque para as atividades realizadas na área rural está na bovinocultura - gado leiteiro e suinocultura.

Ainda no intuito de mapear as características da comunidade em que a Escola atende, as perguntas foram respondidas pelas famílias, não sendo possível diagnosticar as diversas formações familiares, porque essa não foi uma preocupação desse questionário. A integração família e escola é apontada por todos/as os /as participantes, como sendo muito importante, afirmando que participam, quando chamados/as para reuniões, entrega de boletins, atividades extracurriculares, além de comparecimento espontâneo na escola. Apenas uma pessoa mencionou que não vê importância na integração família e escola.

As famílias afirmaram, em relação à qualidade de educação no Brasil, que a viam de forma inclusiva e satisfatória. No entanto, solicitaram melhorias na estrutura física do prédio escolar, com reformas, construção de um ginásio de esportes e quadra coberta, além de acessibilidade e laboratório de Ciências e aquisição de livros para a biblioteca.

Outro problema que preocupa as famílias, para o qual pedem ações efetivas, dizia respeito à violência física e verbal na escola. Muitas vezes, identificada como bullying, além da agressividade entre estudantes relacionadas à raça e sexualidade, essa é uma preocupação familiar para além dos documentos educacionais e do interesse docente.

Essa manifestação familiar enfatiza a importância de a escola trazer a discussão de gênero para dentro de seus muros, por ser a escola “um local privilegiado para discussão e reflexão sobre a produção e reprodução das desigualdades entre os gêneros”. (GROSSI; GARCIA, 2015, p. 111). Escola essa, que pode e tem os meios para promover educação, na qual o respeito prevaleça sobre toda e qualquer forma de discriminação, seja ela de gênero, raça, etnia, religião ou deficiência.

Um grave problema social de segurança envolve o consumo e o tráfico de drogas ilícitas que de uma forma ou de outra, ultrapassam os muros da instituição, interferindo no processo ensino aprendizagem e se refletindo de forma progressiva nos episódios de violência, dentro e fora da escola. Adolescentes, cada vez mais cedo, são introduzidos ao consumo de drogas e, para manter o vício, por vezes, tentam comercializar entre colegas da mesma idade ou até mais jovens. Escola e família buscam com ações de prevenção, discussão, debates e palestras, diminuir esses episódios no ambiente escolar.

A sexta questão é sobre os problemas encontrados nos bairros onde residem os estudantes, a maioria relata problemas nas estradas, na segurança pública, falta de áreas de lazer, saneamento básico inexistente, necessidade de construção de pontes, igrejas e creches. Quando questionados sobre os maiores problemas sociais e educacionais enfrentados por nossas comunidades, o mais citado foi à falta de saneamento básico, seguido de problemas envolvendo tráfico de drogas e desemprego.

Para conhecer a opinião de alunos/as e professores/as da escola foi realizada uma pesquisa com todos/as da comunidade. Essa investigação apontou que a sociedade em que vivemos é considerada preconceituosa, principalmente em relação a negros, índios, pobres, idosos, homossexuais e em relação à religião, ao mesmo tempo, em que demonstra ser solidária em momentos que envolvem catástrofes, como por exemplo, chuvas torrenciais que provocaram enchentes em nosso município e em municípios vizinhos. Imbuídos de solidariedade às pessoas se envolveram na reconstrução das construções atingidas e campanhas para arrecadar alimentos, roupas e materiais de construção para os necessitados.

Todas essas ações provocaram uma reflexão sobre o poder econômico, onde grande parte do dinheiro está nas mãos de poucos, o que causa injustiças sociais e desigualdades. Ao mesmo tempo é possível refletir que existem preocupações diante de bens materiais, enquanto no que diz respeito às identidades apenas é diagnosticado o preconceito.

Já o diagnóstico de pessoal foi apresentado pela escola, contendo trinta e oito funcionários/as, entre professores e professoras efetivos/as e admitidos/as em caráter temporário - ACTs, supervisora escolar, assistente técnico pedagógico de educação, assistente de educação e três agentes de serviços gerais. A grande rotatividade de docentes é citada como um dos problemas na continuidade de trabalhos pedagógicos e projetos desenvolvidos pela escola. Reivindica-se, ao governo do estado, a realização de concurso público para a contratação de professores/as e pessoal técnico administrativo de forma efetiva, para suprir essa necessidade, além da contratação de mais um agente de serviços gerais.

O diagnóstico financeiro reafirmou que como essa é uma escola da rede estadual de ensino de Santa Catarina, tem como sua entidade mantenedora o próprio estado de Santa Catarina, que é responsável por contratar e manter professores/as e funcionários, bem como, toda a estrutura física do prédio, prover alimentação dos/as estudantes e manter a higiene e limpeza do ambiente. Isso é um diferencial em relação às escolas da rede municipal de ensino, que têm no poder público municipal o seu mantenedor.

Além do recurso estadual, também conta com o Dinheiro Direto na Escola – PDDE, recurso do governo federal aplicado de acordo com as exigências da lei. A escola conta

também, através da Associação de Pais e Professores – APP com recursos oriundos de doações e promoções diversas, para a manutenção do espaço físico da mesma, conforme se apresentam no cotidiano e que exigem solução imediata, como troca de lâmpadas queimadas, vidros ou portas quebradas, enfim pequenos reparos que essa Associação promove, tendo em vista a demora de uma resposta do governo estadual, para a solução desses pequenos/grandes problemas do cotidiano.

No que se refere à assistência ao educando/a, pesquisa realizada com pais, alunos/as, professores/as indicou a necessidade de atendimento que alguns de nossos/as estudantes possuem, por profissionais especializados ligadas às áreas de Psicologia, Fonoaudiologia e Medicina. Os familiares solicitam o ensino de Inglês já no primeiro ano do Ensino Fundamental, que não é ofertada por essa rede de ensino e faz parte da grade curricular das escolas municipais e particulares da região.

Para diminuir a evasão escolar, além do contato direto com as famílias é realizado o encaminhamento para o APOIA – Aviso Por Infrequência do Aluno ao Conselho Tutelar, no caso de cinco faltas injustificadas consecutivas ou sete alternadas. O/a aluno/a faltoso/a, geralmente apresenta dificuldades na aprendizagem, diz não gostar de estudar, apresenta distorção idade-série, alguns das séries finais do Ensino Fundamental manifestam desejo de trabalhar, mesmo que informalmente, porque ainda não atendem aos requisitos legais para trabalho formal, no que diz respeito à idade.

Nota-se que a necessidade de trabalhar está relacionada com a baixa renda das famílias, as alunas, muitas vezes, abandonam a escola para constituírem família, quando as mesmas vão residir com os parceiros ou devido à gravidez na adolescência. Além disso, o bullying e violências são fatores que ocasionam a evasão escolar como enfatizado no diagnóstico realizado pela escola. Esses são pontos onde escola e famílias buscam juntas formas de diminuir o abandono com projetos de conscientização, valorização da autoestima e aprendizagem, palestras, além do incentivo do ingresso no Programa Menor Aprendiz, para alunos/as que desejam ingressar no mercado de trabalho. Entretanto, é imprescindível pensar a escola como espaço de abertura ao diálogo e aos debates, sobre a diversidade que dela fazem parte.

Assim, podemos dizer sobre a importância da percepção da escola quanto a temas cotidiano que surgem em seus ambientes e que necessitam ser problematizados, confrontados para que se possa avançar nas reflexões e ações, ou seja, no campo das idéias e das práticas sociais e educativas. (GROSSI; GARCIA, 2015,- p. 118).

Ainda, segundo a legislação vigente, a reprovação ocorre quando o/a aluno/a não atinge 75% de frequência durante o ano letivo ou quando ao final do ano letivo no processo avaliativo, não alcançar média cinco após a realização dos exames finais, garantidos o direito a recuperação paralela durante todo o ano letivo subsequente. Assim, a escola segue alguns encaminhamentos para diminuir a reprovação.

Dentre muitas ações, está a promoção de monitorias em classe e extraclasse para alunos/as que apresentarem dificuldades de aprendizagem, reforço extraclasse nas disciplinas em que o aluno/a apresente maior dificuldade, participação dos pais nos conselhos de classe, encaminhamentos para atendimento conforme a necessidade observada. No entanto, como o estado não conta com equipe especializada de atendimento, a maioria de nossos alunos e alunas depende do atendimento especializado efetuado por profissionais contratados pelo município, que não conseguem atender toda a demanda e dá preferência a crianças e adolescentes matriculados na rede municipal de ensino.

Conforme consta no PPP, havia sido previsto para o ano de 2013 que os/as alunos/as participassem do Programa Novas Oportunidades de Aprendizagem na Educação – PENOA. Esse projeto “tem como objetivo principal, fazer com que o aluno possa aprender com sucesso e desenvolver suas potencialidade e leitura, escrita e cálculo, para desta forma, ampliar seus conhecimentos nas mais diversas áreas” (PPP, 2012, p. 11).

Pensando no PPP de forma ampla, ele detalha sua concepção filosófica, salientando que os “fundamentos teórico-metodológicos norteadores desta proposta pedagógica estão integrados à Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina. O presente documento faz opção pela concepção histórico-cultural de aprendizagem, sócio-histórico [sic.] ou sociointeracionista”. (PPP, 2012, p. 14).

Esta concepção, na sua origem, tem como preocupação a compreensão de como as interações sociais agem na formação das funções psicológicas superiores. Estas não são consideradas uma determinação biológica. São resultados de um processo histórico e social. As interações sociais vividas por cada criança são, dessa forma, determinantes no desenvolvimento dessas funções. ”(SANTA CATARINA, 1998, p. 17).

Pretende assim, “construir conhecimento com interação e ação particular, pois entende que as relações são estabelecidas através dos outros” (PPP, 2012, p. 14). Entende-se, a partir desse documento, a educação como compromisso de todos e todas, que o saber é valorizado não como algo pronto, mas algo construído: saberes, experiências são parte do aprender, do encontro entre o conhecimento e o/a aluno/a, com a mediação do professor/a.

Segundo o documento, a escola promove educação inclusiva em acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96. O Plano Político Pedagógico prevê em seus princípios éticos que toda e qualquer forma de preconceito de raça, sexo, cor, idade ou outro tipo de discriminação seja combatido. Em seus princípios políticos prega o reconhecimento de direitos e deveres do cidadão e, em seus princípios estéticos o cultivo da sensibilidade, cultural e identidade plural e solidária.

Em relação ao currículo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96, a Lei Estadual nº 170, Estatuto da Criança e do Adolescente, Proposta Curricular de Santa Catarina, PCNs, leis, diretrizes ou pareceres que “norteiam a educação são a base para toda a elaboração, construção e discussão do mesmo” (PPP, 2012, p.52); atendendo os requisitos legais das disciplinas obrigatórias do currículo do Ensino Fundamental. O documento ainda salienta que a História do Brasil considere as contribuições das diferentes culturas e etnias em especial a indígena, africana e européia, citando especificamente a Lei nº 10.639 de nove de janeiro de 2003, que trata sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira no ensino médio e fundamental.

Diversidade e sexualidades têm destaque no Plano Político Pedagógico ao ser previsto como “compromisso educacional, voltado para a igualdade de direitos, diminuição do preconceito racial e sexual e, no combate a toda e qualquer forma de violência” (PPP, 2012, p. 54). Entre as violências abordadas no Plano o bullying merece atenção especial, apresentando a conceitualização e exemplos, bem como, formas de denunciar a prática quando ela acontece, deixando claro que a escola não permite atitudes violentas ou agressivas que provoquem sofrimento ao outro/a.

A identificação, neste PPP, da preocupação e do comprometimento da escola com diversidade e sexualidades, é explicitada com amparo em Leis como: LDB, Parâmetros Curriculares Nacionais, Estatuto da Criança e do Adolescente e a Proposta Curricular de Santa Catarina, visando à educação plena e inclusiva dos estudantes atendidos por essa escola. Nesse sentido, a instituição de ensino assume seu papel de promover igualdade de direitos para todos e todas os/as estudantes, alinhando-se aos debates desse campo:

Ademais, destaca-se o papel da escola como promotora de cidadania e transformação social. Para tanto, faz-se necessário promover práticas educativas voltadas ao acolhimento das diferenças e garantia dos direitos humanos a todas as pessoas que dela participam. (GESSER; ZANDONÁ, 2015, p. 89).

Assim, um dos objetos pesquisados é identificado no PPP e permite a percepção de que a escola tem real compromisso em abordar temas tão importantes, para a formação

integral do cidadão e cidadã, utilizando o aporte legal, além do aval de professores/as, alunos/as, pais e mães e/ou responsáveis.

Tanto na produção escrita do PPP, quanto na pesquisa realizada para a elaboração do mesmo, percebe-se o desejo de não se esquivar e de tomar uma postura firme relacionada às diversidades e sexualidades, que buscavam uma relação integral de respeito, conhecimento e valorização da pessoa para a promoção da diminuição da violência; garantindo enquanto instituição de ensino, que esse tema faça parte das disciplinas de seu currículo de forma organizada e oferecendo condições para que todos e todas tenham acesso.

A escola deve assumir como sendo seu o papel de promover educação de qualidade, com garantia de direitos para todos e todas procura atender aos anseios de construção de uma sociedade justa e igualitária.

A escola precisa dar o exemplo, ousar construir o futuro. Inovar é mais importante do que reproduzir com qualidade o que existe. A matéria-prima da escola é sua visão de futuro. (GADOTTI, 2000, p.9).

Perceber a necessidade de fazer educação hoje olhando o futuro é um grande desafio da escola, ir além da transmissão de conteúdos e saberes e promover discussões e construções de conceitos, valorizando todos/as os/as envolvidos e sua cultura. Para isso é imprescindível que se faça planejamento de forma coletiva, ouvindo todas as vozes e que os objetivos sejam delineados, traçando o caminho a ser seguido. É dentro dessa perspectiva que o PPP é construído coletivamente, para atender as necessidades de promover educação de qualidade levando em consideração a realidade particular de cada escola.

Apresenta-se como um documento que pode e deve ser estudado e aprimorado no seu todo ou em parte dele, conforme for considerado adequado para que a escola cumpra sua função social, com a participação de todos/as os/as principais envolvidos/as, possibilitando que sejam ouvidos com atenção e tenham protagonismo acentuado e amplo na construção ou revisão do mesmo; ou seja, um novo Projeto Político Pedagógico que norteará a caminhada da escola em todos os sentidos e objetivos.

Este PPP, produzido em 2012, permaneceu, sem alterações, como principal documento da EEBEAG até o final do ano de 2015, quando foi sentida a necessidade de realizar estudos que culminassem em um novo documento.

3.2. OPERACIONALIZAÇÃO DO PPP 2016

Assim, dando continuidade a pesquisa iniciada no final de dois mil e quinze, com a avaliação institucional realizada por professores/as, assistentes de educação, assistente técnico-pedagógico, orientação educacional, gestora e assessora de gestão, no início do ano letivo de dois mil e dezesseis, durante um período de formação continuada, foi dada a largada para a construção coletiva do novo Projeto Político Pedagógico da Escola de Educação Básica Engenheiro Annes Gualberto. Apresentado pela Gestora de Escola, este é o relato de construção do PPP da EEBEAG em 2016:

“Foi realizada uma seleção de perguntas e aplicação dos questionários aos pais, alunos e todos os professores, direção, corpo técnico e servidores da escola. Para tanto foi realizado um estudo transversal, o qual apontou informações sobre a realidade da escola e o seu entorno. Nos meses de junho e julho a equipe gestora organizou os dados coletados e deu-se a análise e reflexão teórica dos mesmos.

Dando prosseguimento à reconstrução do PPP, no início do mês de agosto, os dados e as análises foram apresentadas para o colegiado, professores e demais servidores, numa reunião que ocorreu no período noturno. A equipe gestora apresentou os gráficos e deixou claro quais as principais angústias e desejos da comunidade escolar. Nesta oportunidade, registraram-se as principais metas, ações e objetivos do PPP, atingindo as diversas dimensões, tarefa árdua e complexa. Uma das metas foi à realização de Formação continuada, que ocorreu nos dias 02, 05 e 06/09/16, para novamente retornarmos às questões relevantes apresentadas no levantamento e análise do diagnóstico escolar. Foi um momento de reflexão sobre as mudanças na prática pedagógica, no modo de agir e pensar de cada um, o olhar em relação a si próprio e para com o outro e de rever o regimento interno. Neste dia também ocorreu a leitura da Proposta Curricular de Santa Catarina a respeito da Educação Especial e do caderno do NEPRE e aprofundar o debate com ações voltadas à cultura da paz, ao atendimento das crianças e adolescentes com deficiência.”(BATISTA, RELATO DO PPP da EEBEAG, 2016, p.1)¹

A partir da leitura e análise dos dados coletados nos questionários realizados com alunos e alunas podemos observar que a EEBEAG, apresenta diversidade religiosa, com predomínio do catolicismo. Os dados atuais apontam que, a maioria dos estudantes pertence ao sexo masculino, 61% se declaram brancos, 24% pardos, 8% negros, 3% amarelos, 2% índios e 2% não responderam.

No que diz respeito às informações socioculturais, a maioria dos/as alunos/as residem com os pais e isso inclui pai e madrasta, mãe e padrasto, só com a mãe ou só com o

¹ Relato da construção do PPP, 2016, realizado pela gestora da escola Célia Baggio Batista.

pai e ainda, observa-se a presença de casais homo afetivos. Evidenciando a necessidade de que família e seus conceitos diversos sejam abordados com respeito e valorização.

Esse é um dado novo, porque na pesquisa para o PPP de 2012, esse não foi um questionamento presente, a escola conhecia, superficialmente, a realidade de seus estudantes, mas não possuía dados que oferecessem uma leitura da mesma.

A média de renda das famílias dos alunos/as é de até três salários mínimos, muitos/as provenientes de famílias de baixa renda. As mesmas são formadas por três a quatro pessoas que moram na mesma casa e a pesquisa evidencia que 33% de nossos/as alunos/as possuem um irmão, 26% possuem dois irmãos, 17% possuem três irmãos, 15% possuem quatro ou mais irmãos e que 9% não possuem irmãos. A maioria dos pais de nossos alunos tem Ensino Fundamental incompleto.

O documento afirma que, os alunos alegam não possuem o hábito de frequentar a biblioteca da escola, o que nos leva a refletir a importância de ações para maior incentivo da leitura.

Observamos que a maioria dos/as alunos/as possuem microcomputadores, celulares e que deles fazem uso para comunicação e acesso as redes sociais, a saber, Facebook, Instagram e WhatsApp, pouco utilizando esses recursos para pesquisas escolares.

A maioria das famílias possui casa própria, residem em rua asfaltada e possuem energia e água em sua residência. Alguns alunos/as já estão inseridos/as no mercado de trabalho através do Projeto Menor Aprendiz.

O estudo mostra que, as famílias têm como preocupação o desemprego, o tráfico de drogas, o abandono por parte de familiares, maus tratos e outras formas de violências. A escola recebe alunos/as de diferentes bairros do município e a partir dos dados coletados, percebe que os pais de nossos/as alunos/as contam com a escola para resolver problemas sociais e de sua comunidade, sentem confiança na interação família/escola/comunidade e percebem que a escola tem interesse e compromisso com o sucesso na aprendizagem dos/as alunos/as.

Esse é um dado importante que fazia parte do PPP de 2012, que de forma muito semelhante, salientava a confiança dos pais em uma parceria com a escola, na busca da solução de problemas sociais e da comunidade.

O contato constante da escola, a busca de parcerias, com Conselho Tutelar, CREAS, CRAS, órgãos públicos da esfera municipal e estadual, na promoção da garantia de direitos, no diálogo e busca de informações e ações que possam, de alguma forma, auxiliar

escola/família/comunidade para prevenir e evitar violências permite uma relação de confiança e compromisso.

Destaca-se que a realização de reuniões e eventos é o melhor caminho para incentivar a presença dos pais na escola. Essas reuniões podem acontecer com todos ou por turma, discutindo a vida escolar de cada um. Nossa escola ainda conta com a participação dos pais na Associação de Pais e Professores (APP) e Conselho Deliberativo, nas tomadas de decisões, tanto na dimensão administrativa, como na financeira e pedagógica.

Sendo assim, não podemos mais pensar numa escola sem a participação da comunidade. A gestão escolar só terá sucesso se estabelecer parcerias, interagindo, pois quanto mais os pais participarem das atividades escolares e conhecerem a realidade, maior será seu envolvimento. E a escola conhecendo a realidade da comunidade, o contexto social, onde o/a aluno/a está inserido/a, terá subsídios reais para nortear seu trabalho, buscando uma aprendizagem contextualizada e significativa para todos/as.

A maioria dos/as alunos/as, 72% diz não ter sofrido com qualquer tipo de violência no ambiente escolar, 25% afirma ter sofrido e 3% não respondeu. Entre os tipos de violência sofridas no ambiente escolar, 87% diz ter sofrido bullying, 4% violência por sua religião, 6% racismo, 3% violência sexual. Outro ponto importante questionado é sobre o consumo de drogas, acredita-se que seja maior do que foram mencionados, 14,49% dos/as alunos/as afirmaram usar algum tipo de droga. Dentre as drogas mencionadas, foi constatado que 48% afirmaram usar cigarro, 4% álcool, 8% narguilé, 32% energético, 6% maconha e 2% outro tipo de droga.

Em relação ao atendimento à saúde, as famílias são atendidas nos próprios bairros, nos Postos de Saúde, bem como atendimento no Hospital Santa Terezinha, do município. Nesse bairro, além da Escola de Educação Básica Engenheiro Annes Gualberto, existe um Centro de Educação Infantil, mantido pela prefeitura Municipal. O bairro não conta com Ginásio de Esportes, nem tampouco com espaços para práticas desportivas e culturais, não há espaço de lazer para os jovens nesse bairro, que conta, no máximo com lanchonetes.

Pessoas que participaram da pesquisa, pertencentes ao quadro docente, demonstraram insatisfação com a qualidade da educação em nosso país, onde se faz necessário comprometimento efetivo de governantes, em prol de uma educação pública de qualidade, acentuam a necessidade de maior oferta de formação continuada e maior valorização profissional. Professores/as precisam atuar em várias escolas com carga horária elevada, sem tempo para planejar aulas e materiais que promovam o sucesso do processo ensino-aprendizagem. A falta de valorização e investimento reflete nos índices oficiais,

nacionais e da própria escola, com aumento nos índices de reprovação. A falta de investimentos no ambiente físico e material didático e tecnológico compromete o avanço do ensino.

Percebe-se que em 2012 havia maior satisfação por parte de famílias e professores, em relação à estrutura física e de material didático da escola. No entanto, tanto família, quanto alunos/as e professores/as sentem que efetivamente, apesar das muitas e reiteradas solicitações de melhorias neste aspecto, pouco ou quase nada foi realizado. A participação efetiva das famílias na vida escolar permite que os mesmos acompanhem os encaminhamentos dados as suas reivindicações e as soluções, ou não, dos problemas apontados. Sendo assim, suas respostas, nesse momento, têm base na vivência do cotidiano escolar e apresentam sua insatisfação.

Questionados sobre a função social da escola, são unânimes em afirmar que cabe a ela promover o conhecimento cientificamente acumulados através dos tempos, preparar cidadãos e cidadãs críticos e criativos, participativos da construção de um mundo com justiça e igualdade. Porém, esta tarefa não tem sido fácil, diante dos principais problemas apontados por eles e elas dentro da escola: falta de docentes, alta rotatividade de profissionais, desinteresse dos familiares, falta de interesse por parte dos alunos/as, indisciplina, falta às aulas, chegadas tardias por parte dos alunos/as, etc. Ao mesmo tempo, sonham com uma educação e uma escola mais humana, justa, solidária, libertadora e que possa cumprir a função social, que acreditam ser própria da instituição.

Em relação à dimensão administrativa analisada para a elaboração desse documento, observa-se “a escola está classificada, segundo estudo do INEP (2014), como nível três, onde são enquadradas escolas que possuem entre 50 e 500 matrículas, operando em dois turnos, com duas ou três etapas e apresentando os Anos Finais como etapa mais elevada” (PPP, 2016, p.21).

O PPP apresenta toda a estrutura de funcionamento burocrático e de funções dos diversos segmentos da escola. Trata especificamente, de cada uma apontando suas funções. Salienta, por exemplo, que na secretaria da escola fica arquivado em pastas específicas toda a documentação dos/das alunos/as e dos/as professores/as. Estudantes com dificuldades na aprendizagem e problemas de comportamento são orientados/as do primeiro ao quinto ano, especificamente, por professores/as, assistente técnico de pedagógico, orientação escolar e direção, além de um acompanhamento direto junto aos familiares. Caso haja necessidade, é encaminhado para atendimento especializado.

Nos anos finais, quanto ao aproveitamento da aprendizagem, são utilizados recursos como monitorias em sala de aula, além da comunicação com os/as familiares. No que se refere ao comportamento ou desvio de conduta, a escola dialoga, com todos os sujeitos envolvidos, obedecendo às determinações legais. Todos os atendimentos aos/às alunos/as são registrados em ata específica e também, em fichas individuais.

A Unidade Escolar conta com o apoio voluntário de pessoas da comunidade, pais, vizinhos próximos, ONGs, Pastoral da Saúde. O auxílio que a escola recebe destas pessoas e/ou entidades faz a diferença na vida da escola, ajudam no atendimento dos estudantes e familiares, bem como no desenvolvimento dos diferentes projetos que a escola executa durante o ano.

A escola é descrita nos dois PPPs como promotora de inclusão caminha para esse processo na prática, visto que recebe alunos/as com deficiências, que vão do espectro autista a síndrome de Down. São estudantes das mais diversas faixas etárias, para os quais a escola busca não só a socialização, que é muito importante para os mesmos, como a promoção de possibilidades reais de aprendizagens. Dessa forma, conta com segundo professor/a, sala de atendimento especializado - SAEDE/DM e todo o planejamento específico. No entanto, a estrutura física apresenta defasagens consideráveis, porque entre os alunos/as matriculados/as existem àqueles/as com dificuldades de locomoção e para os quais não há total condição de acessibilidade, o que justifica as muitas reivindicações nesse sentido, conforme visto no PPP.

Segundo informações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), do Censo Escolar de 2014 publicado no diário oficial no dia 9 de janeiro de 2015, a Escola Annes Gualberto possui 605 alunos, sendo que 206 estão matriculadas nas Séries Iniciais e 399 nas Séries Finais. É possível perceber um decréscimo no número de alunos matriculados em relação aos anos anteriores, principalmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Ao realizarmos uma comparação entre os dados de 2011 e 2013, no IDEB, é possível notar claramente, que apesar de manter a meta estipulada houve ligeira queda nos índices obtidos nos anos iniciais, e nos anos finais além do decréscimo no IDEB, a meta estipulada não alcançada. Enquanto, em 2015 o IDEB observado não alcançou os índices, ficando abaixo do esperado.

Na pesquisa realizada junto aos professores/as a qualidade da educação em nosso país é considerada defasada e os/as mesmos/as apontam como fatores que contribuem para isso, a falta de compromisso de governantes, carência de formação continuada e desvalorização do profissional de educação, baixo investimento em estruturas físicas e materiais didáticos. Salientam que o sistema “ensina como em épocas passadas” apesar dos

avanços tecnológicos, o que impede a promoção integral de educação de qualidade para todos/as.

Os mesmos professores quando questionados sobre a função social da escola, são unânimes em afirmar que cabe a mesma transferir os conhecimentos cientificamente acumulados através dos tempos, preparar cidadãos críticos e criativos que participem da construção de um mundo com justiça e igualdade. Porém esta tarefa não tem sido fácil, diante da realidade vivenciada e os anseios de professores/as, alunos/as e famílias. Para melhorar a qualidade da educação em nosso país e cumprir com sua função social, algumas ações precisam ser adotadas.

Nesse momento, em especial, professores/as salientam a importância das reuniões de planejamento organizadas e realizadas na escola. Somente com os objetivos e metas claramente definidos, através da leitura e discussão das Leis que norteiam todo o processo ensino-aprendizagem é possível debater, trocar ideias e organizar ações para tornar o processo educativo inclusivo, levando em consideração a diversidade que permeia todos os espaços escolares, seja ela de conhecimento, religiosa, raça/etnia, deficiência, sexualidade e orientação sexual. Sendo que o registro preciso desse trabalho coletivo, se materializa com a construção escrita do PPP, já com efeito para o ano de 2016.

As pesquisas, tanto as realizadas em 2012, quanto as de 2016, com alunos/as, pais, professores/as e a posterior análise dos dados obtidos, apresentam por parte de todos os compromissos o desejo de promover, baseada em documentos legais que embasam as atividades curriculares escolares, olhar e atenção para questões que não podem ser ignoradas no contexto escolar e social, no que se refere a sexualidades, deficiências, religião, raça/etnia. Assim, se no PPP anterior a diversidade já era destacada com o compromisso de que os documentos legais embasariam as atividades curriculares, no que se refere a sexualidades, orientação sexual, deficiências, religião, raça/etnia, o PPP que está em construção, para o ano de 2016 apresenta um compromisso maior, com a questão diversidade.

Minha participação na Especialização em Gênero e Diversidade na Escola me permitiu, a pedido da gestora, colaborar mais especificamente, na elaboração escrita desse tema. Nas reuniões os professores/as em suas falas apontavam e apresentavam a necessidade que o PPP fosse mais específico, ao abordar as questões de diversidade, que apresentasse o enfoque legal para cada conteúdo, fornecendo subsídios para o planejamento de ações nesse sentido, para que a escola realmente ofereça educação mais humana, justa, solidária e libertadora.

Cabe aos/as educadores/as trabalhar com práticas pedagógicas que contemplem os mais diversos gêneros discursivos, inclusive as linguagens apresentadas pelas novas tecnologias, utilizando metodologias que ampliem a visão de mundo dos/as alunos/as, preferencialmente, com ações coletivas e cooperativas. Na concepção histórico-cultural, a aprendizagem ocorre através da interação e mediação dos outros, no confronto das ideias, nas trocas e socialização.

Para favorecer e contribuir com essas discussões a escola implementou com representantes de direção, professores/as, pais, alunos/as e do Conselho Deliberativo Escolar o NEPRE que é uma estrutura criada pela Secretária de Estado da Educação de Santa Catarina, para fomentar ações e consolidar políticas públicas de educação, prevenção, atenção e atendimento às violências, junto às Gerências de Educação e às Escolas da Rede Pública Estadual, para atuar nas temáticas: DST, AIDS, Tabaco, Drogas Lícitas e Ilícitas (SPAs), Cultura da Paz, Violências, Bullying, Sexualidade, Educação Sexual e Reprodutiva, Alimentação Saudável e Práticas Corporais.

Com esta proposta para prevenir a violência, a nossa escola está com as seguintes ações previstas no PPP e que estão sendo executadas de forma sistemática e contínua: recreio monitorado com o Grêmio Estudantil, mediadores e professores; mediação de conflitos realizada com os mediadores e supervisionados pela coordenação; estudos dos cadernos pela comissão; reunião com a rede: Ministério Público, CRAS, CREAS, CAPS, Conselho Tutelar, para deliberar casos de adolescentes com direitos violados ou que estejam cumprindo algum tipo de medida sócio educativa; diálogo com as famílias das pessoas em situação de agressão e autores de agressão; palestras com o SAMU.

Como falar, escrever e pensar escola e educação sem considerar toda a diversidade que a envolve e que a compõe? Somos todos seres únicos em nossa individualidade e nossas crenças. Nossa construção enquanto pessoa faz parte de um processo particular, ao mesmo tempo, não podemos esquecer, vivemos em sociedade, somos um emaranhado de seres únicos que precisam ter e dar espaço e respeito. A escola por suas características pode promover esse espaço de conhecimento das diferenças com diálogos, debates no seu cotidiano, favorecendo a construção de mundo com base no respeito.

O respeito à diversidade nada mais é do que condição fundamental de toda ação humana que se pretenda ética. A escola deve ser o lócus de ações que valorizem os seres humanos na sua integridade. Cada família, ou sujeito estudante, merece um acolhimento na escola, de forma que suas características não sejam desqualificadas ou transformadas em questões de menor importância. (GROSSI; GARCIA, 2015, p.97).

Para embasar as ações educacionais existem documentos oficiais, que como visto no primeiro capítulo, atentam para essas questões, o documento mais importante dentro da instituição escolar está alinhado a esses debates. Mas depende da iniciativa docente desenvolver essas questões em sala e é isso que veremos no capítulo seguinte. Se há interesse, se há essa preocupação e mesmo se há essa formação, nessa área.

Uma escola que não respeita diferenças humanas constitucionais não pode ser uma escola que educa. Até porque, a escola que educa necessita estar articulada a princípios humanísticos e sociais, que a façam compreender diversidade humana e a superação das diferenças marginalizantes e opressoras. (GROSSI; GARCIA, 2015, p. 95).

Pensar a escola como promotora do respeito à diversidade e seus/suas professores/as como protagonistas da ação pedagógica, que pretende desenvolver respeito aos direitos humanos é de suma importância nessa caminhada, na qual pessoas escrevem e reescrevem suas histórias, dentro dos princípios da cidadania plena.

4. CAPÍTULO 3 - GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA – EXPERIÊNCIAS SOBRE A TEMÁTICA, NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA ENGENHEIRO ANNES GUALBERTO DOS PROFESSORES DE 6º AO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Este capítulo apresenta a metodologia e os resultados da pesquisa utilizada para responder a principal questão levantada neste trabalho, que procura refletir as experiências dos/as professores/as da EEBEAG, no que diz respeito às temáticas de gênero e sexualidades, saber se já foram abordadas em sala de aula ou não, conhecer as angústias, dúvidas e se os/as professores/as com suas formações sentem-se, suficientemente, instrumentalizados/as para debaterem os temas e se os mesmos são de real interesse dos/as alunos/as. Neste primeiro momento é importante destacar a realização de uma pesquisa quantitativa, como principal indicador para obter respostas. As perguntas específicas para professores/as dessa instituição sobre como a temática de gênero e diversidade atinge a realidade dessa comunidade e, de modo especial, como se reflete no cotidiano de trabalho de professores e professoras.

A opção por pesquisa quantitativa se deu pela possibilidade de realizar uma avaliação do objeto pesquisado, considerando maior abrangência do espaço escolar escolhido.

No que diz respeito à pesquisa quantitativa, ela mede as dimensões de interesse, usando em algum momento do processo, números, com o objetivo de melhorar qualidade dessa mensuração e ampliar as possibilidades analíticas. (GROSSI, *et al.*, 2015, p. 264).

Como salientado por OLIVEIRA (1997), o ponto forte das técnicas quantitativas costuma ser a precisão, isto é, a possibilidade de evitar distorções e vieses nas etapas de mensuração e análise. Além de permitir que se pesquise um maior número de pessoas, por exemplo. No entanto, essa pesquisa não pode ser considerada totalmente quantitativa, pois o instrumento usado para realizá-la, questionário, contém perguntas abertas que podem ser classificadas como sendo parte de uma pesquisa qualitativa, quando os participantes expressam suas opiniões em relação ao tema.

É comum, mas não imprescindível, que a quantificação afete as duas fases. Por exemplo, é possível que dados considerados “qualitativos” sejam submetidos a análises estatísticas, e também pode acontecer que dados numéricos sejam avaliados por meio de uma interpretação flexível, que poderíamos considerar como “qualitativa”. De qualquer modo, não podemos esquecer que todas as informações e todas as análises, por mais quantitativas que sejam, devem produzir conclusões que são necessariamente interpretativas, e não podem ser sempre resumidas em processos matemáticos. (GROSSI, *et al.*, 2015, p. 264).

Para conhecer as experiências dos professores/as da EEBEAG relacionadas às temáticas de gênero e sexualidades na escola, optei pela realização de questionário porque o

mesmo se apresenta como “um dos principais instrumentos de coleta de informações para a produção dos dados”. (GROSSI, *et al.*, 2015, p. 298). Salientando ainda que: “a) a elaboração de questionário requer a explicitação de quais conceitos serão abordados, a transformação dos mesmos em indicadores para, então, determinar as variáveis e formular as perguntas do questionário; b) a construção de uma estrutura geral, baseada no objetivo da pesquisa ou no problema de pesquisa; c) cuidadosa atenção para: os tipos de perguntas; a forma e a linguagem empregadas na elaboração das perguntas; a estrutura do questionário, no que diz respeito à apresentação, ao tamanho e à disposição (sequência lógica) das perguntas; a melhor forma de aplicação do questionário, de acordo com os custos, os benefícios e as limitações; por fim, o politicamente correto e o socialmente aceito”.

Assim, a partir dessas concepções que está fundamentada a opção de utilização de um questionário, com professores e professoras de sexto ao nono ano do Ensino Fundamental, da Escola de Educação Básica Engenheiro Annes Gualberto². O mesmo contém 30 questões e está no Apêndice 1 deste trabalho e dos vinte questionários entregues, foram devolvidos respondidos dezoito, sendo que apenas uma pessoa não deu retorno.

Os questionários foram entregues para cada professor/a de forma individualizada e todos e todas se mostraram receptivos ao mesmo e procuraram entregá-lo o mais rápido possível. Como mencionado anteriormente, entre as trinta questões algumas foram fechadas, com uma escolha única (apenas uma das opções) ou escolha múltipla (mais de uma) (GROSSI, *et al.*, 2015, p.300) ;e outras abertas – quando não há opções de respostas e o/a entrevistado/a pode se expressar livremente (GROSSI, *et al.*, 2015, p. 301). Esse levantamento exigiu uma posterior sistematização dos dados:

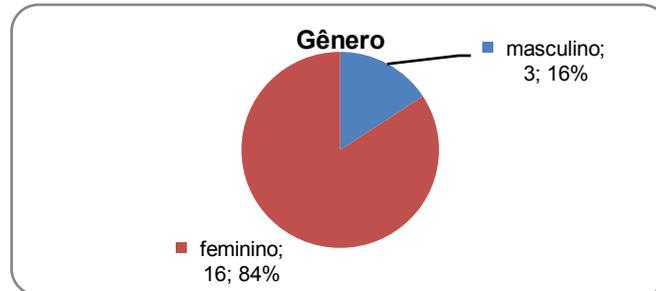
O processo de análise dos dados envolve diversos procedimentos: codificação das respostas, tabulação dos dados e cálculos estatísticos. Após, ou juntamente com a análise, pode ocorrer também a interpretação dos dados, que consiste, fundamentalmente, em estabelecer a ligação entre os resultados obtidos com outros já conhecidos, quer sejam derivados de teorias, quer sejam de estudos realizados anteriormente. (GIL, 2002, p. 125).

Analisar os dados obtidos com o questionário é de suma importância para realmente, entender e responder as perguntas dessa pesquisa, sobre como professores e professoras da EEBEAG conduzem a abordagem do tema gênero e sexualidades em suas aulas, mas,

² Esse material foi construído tomando como base o questionário elaborado para o Trabalho de Conclusão de Curso do Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade da Universidade Federal da Bahia de Valdomiro Nascimento Barbosa Costa Filho.

principalmente, como compreendem e descrevem essa prática/experiência. Assim, vejamos o primeiro grupo de questões que procurou traçar o perfil das pessoas entrevistadas:

Gráfico 1 – Perfil de gênero da pesquisa

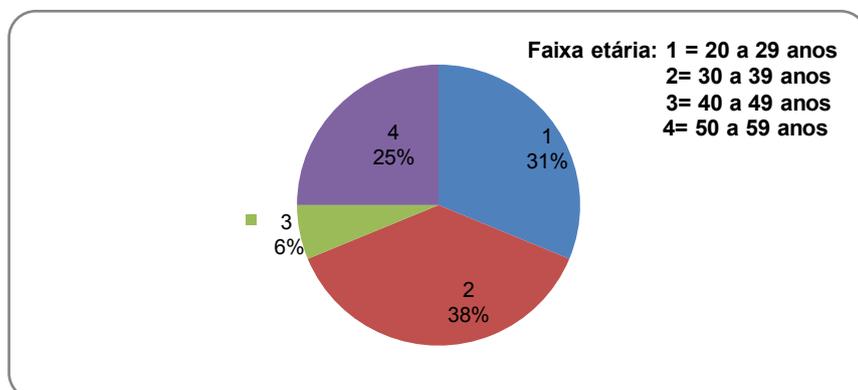


O gráfico 1, perfil de gênero da pesquisa, mostra que dos dezenove questionários devolvidos, dezesseis são do sexo feminino, o que nos dá um universo de 84% e três do sexo masculino, 16%. Esse perfil se refere apenas a professoras e professores do sexto ao nono ano, anos finais do Ensino Fundamental, não faz parte da pesquisa os anos iniciais. Nesse recorte é possível observar a feminização de certas modalidades de ensino, em especial no Ensino Fundamental, onde é mais comum encontrar professoras. Dialogando com Vianna:

Ao longo do século XX, a docência foi assumindo um caráter eminentemente feminino, hoje, em especial na Educação Básica (composta d Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio), é grande a presença de mulheres no exercício do magistério. (VIANNA, 2001-02, p. 83)

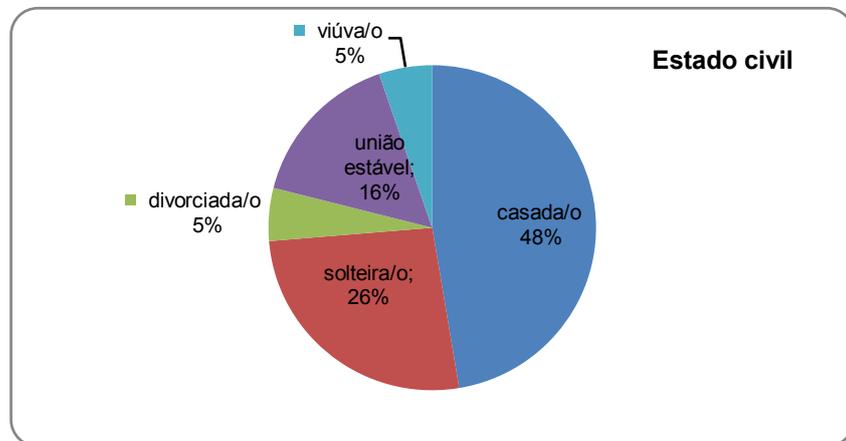
Os dados da pesquisa vêm corroborar com as idéias da autora, ou seja, na EEBEAG a presença de mulheres é predominante.

Gráfico 2 – Perfil da faixa etária da pesquisa

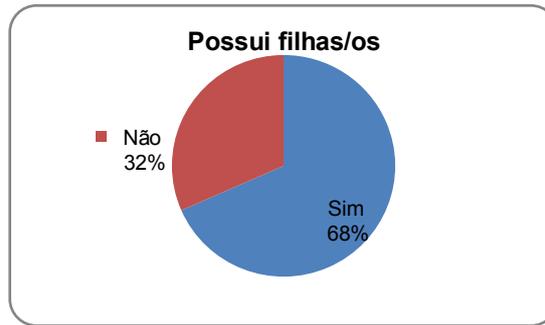


Em relação à análise referente à idade do professor/a, as respostas apresentadas nos mostram uma grande variação: 4 professores/as têm 23 anos; 1 tem 27 anos; 1 tem 30 anos; 1 tem 31 anos; 1 tem 32 anos; 1 tem 35 anos; 2 têm 36 anos; 1 tem 47 anos; 2 têm 51 anos; 1 tem 55 anos e 1 tem 58 anos. Os/as professores/as na faixa de 20 a 29 anos representam 31% do total; 30 a 39 anos representam 38%; 40 a 49 anos 3% e 50 a 59 anos 25%, esse dados identificam professores/as em sua maioria jovens, em início de carreira. Apesar de o corpo docente ser composto por uma faixa etária mais jovem, quase três quartos esteve ou está em uma união estável, como podemos observar no gráfico a seguir

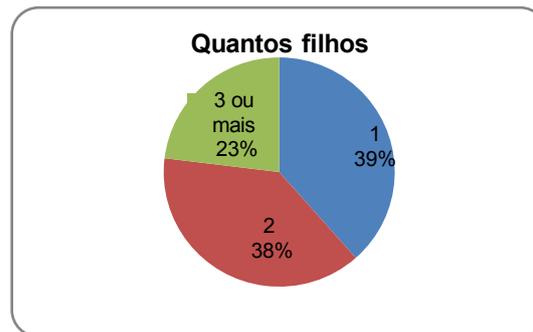
Gráfico 3 – Perfil do estado civil da pesquisa



Do total pesquisado na EEBEAG percebe-se que a maioria dos/as professores/as é casado/a, ou seja, 9 professores/as são casados/as, o que representa 48%; solteiros/as 5 professores/as ou 26%; 1 divorciado/a que equivale a 5%; em união estável estão 2 professores/as, 16% e, viúvo/a 1 professor/a o que representa 5% do total. Entre esses/as docentes, no que diz respeito a aspectos socioculturais, foi mapeado a presença de filhos e as quantidades:

Gráfico 4 – Questão sobre se possui filhas/os

A maioria respondeu possuir filhas/os, 68% ou 13 professores/as, enquanto 6 professores/as ou 32% não possui filhas/os. Sobre a quantidade, observaremos a sistematização dos dados a seguir:

Gráfico 5 – Perfil de número de filhos

Do total pesquisado, 39%, 5 professores/as possuem 1 filho/a; 38%, 5 professores possuem 2 filhos/as e 23%, 3 professores/as possuem 3 ou mais filhos/as. Ainda segundo a autora acima citada, argumenta que:

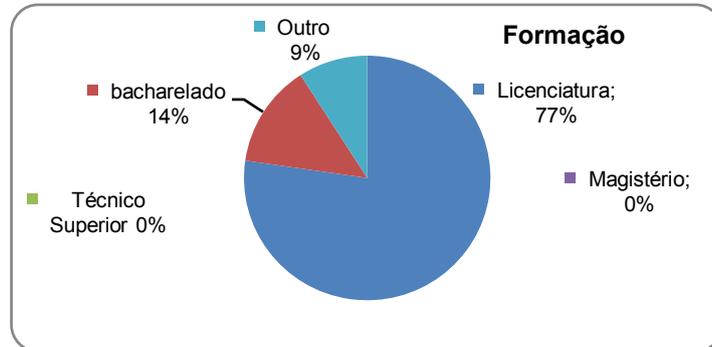
O ato de cuidar, fundamental na relação com criança, deve ser entendido como uma atividade que envolve compromisso moral.

Criam-se, assim, vários estereótipos sobre homens e mulheres: agressivos, militaristas, racionais, para eles; dóceis, relacionais, afetivas, para elas. Em decorrência, funções como alimentação, maternidade, preservação, educação e cuidado com os outros ficam mais identificados com os corpos e as mentes femininas, ganhando, assim, um lugar inferior na sociedade, quando comparadas às funções tidas como masculinas. (VIANNA, 2001-02, p. 93)

As colocações da autora nos permitem pensar que família, filhos e docência trazem elementos socioculturais do perfil feminino, comprovando a desigualdade de gênero dentro da educação, constituído em grande parte, por pessoas casadas, isso provavelmente em relações heteronormativas, com grande quantidade de filhos, sendo em sua maioria mulheres, com

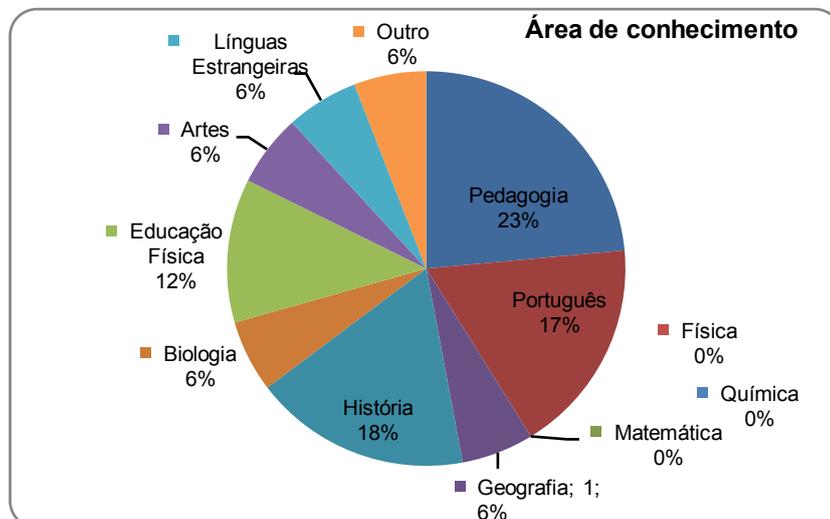
menos de quarenta anos, que possuem formação e trabalham na área de educação, como veremos no gráfico a seguir:

Gráfico 6 – Perfil da formação



Em relação à formação de professores/as, das dezenove respostas obtidas, a maioria 77% possuem licenciatura; 14% bacharelado e 9% outro. Esses dados mostram profissionais com formação compatível com o exercício de sua função de professores/as, um fato não tão comum em escolas da Rede Pública Estadual, que dada à falta de professores/as chamados de habilitados, contrata pessoas sem habilitação/formação ou com habilitação em outras áreas para ministrar aulas; que pode eventualmente, trazer prejuízos para o processo ensino-aprendizagem. Pensando nas áreas de conhecimento em que atua o quadro docente da instituição de ensino investigada, vejamos o gráfico a seguir:

Gráfico 7 – Perfil das áreas de conhecimento



No que se refere à área de conhecimento, 4 professoras/os em Pedagogia; 3 em Língua Portuguesa; 2 em Matemática; 1 em Geografia; 3 em História; 1 em Biologia; 2 em Educação Física; 1 em Artes; 1 em Língua Estrangeira e 1 em outro, ou seja, nessa escola os/as professores/as são habilitados para trabalhar, de acordo com as disciplinas específicas dos anos finais do Ensino Fundamental.

Sobre o ano de conclusão da graduação³, percebe-se uma grande variação, que demonstra que apenas em 2008, 2010 e 2014 houve mais de uma pessoa concluinte. Dessa forma, não é possível pensarmos em um grupo geracional muito marcado pela experiência de formação em um dado período, embora o perfil seja de pessoas relativamente jovens, sem muita experiência profissional e que partilham uma estrutura familiar composta por filhas e filhos. Considerando a relevância da apropriação de conteúdos sobre o debate de gênero, sexualidades e diversidade de forma mais ampla, as/os entrevistadas/os foram interrogadas/os sobre suas formações complementares, uma vez que a Rede Pública de Ensino fornece esses cursos, que esses são importantes para a carreira docente e que fazem da concepção profissional de que não se encerra ao término da licenciatura:

Gráfico 8 – Perfil sobre formação complementar



Assim, quanto à formação complementar, 3 professoras/os não a possuem, representando 16%; enquanto 15 professoras/os possuem especialização, o equivalente a 79% do total de respostas e 1 professor/a possui mestrado, 5%. A formação complementar é diversificada e diretamente ligada à área de formação de cada um/a dos professores/as. Destaca-se o fato de que há professoras/os que possuem mais de uma formação complementar. Entre as temáticas destacadas pelas pessoas entrevistadas podemos ressaltar o

³Sobre o ano de conclusão do curso, os seguintes anos foram mencionados: 1993; 1995; 1998; 2002; 2003; 2004; 2005; 2007; 2008; 2009; 2010; 2011; 2014; 2015 e 2017.

curso sobre Gestão Ambiental, que é conteúdo integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais (Temas Transversais, MEC. 1998).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais foram elaborados procurando, de um lado, respeitar diversidades regionais, culturais, políticas existentes no país e, de outro, considerar a necessidade de construir referências nacionais comuns ao processo educativo em todas as regiões brasileiras. Com isso, pretende-se criar condições, nas escolas, que permitam aos nossos jovens ter acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente, elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania. (Parâmetros Curriculares Nacionais, MEC, 1998, p.5).

Em adição à resposta acima comentada, entre as respostas fornecidas sobre as temáticas dos cursos realizados e, conseqüentemente, o interesse por determinados temas de formação, podemos destacar: Didática e Metodologia do Ensino; Ciência dos Saberes da Educação; Educação Física Escolar; Gestão; Educação Especial; Gestão Ambiental; Psicopedagogia Clínica e institucional; Fisiologia do Exercício; Futebol e Futsal; Educação Inclusiva; Interdisciplinaridade; Prática Interdisciplinar no Ensino; Mídias na Educação; Proposta curricular de Santa Catarina – reorganização curricular; Professor e aluno na transformação da instituição escolar; História Social; Especialização no ensino de Ciências; além da elaboração da dissertação de mestrado que teve como título “O trabalho docente no Ensino Médio em escolas públicas estaduais catarinenses: entre o discurso oficial e a materialidade”. Para além das especializações, também mapeamos os cursos de formação continuada:

Gráfico 9 – Perfil sobre curso de formação continuada



Todos/as os/as professores/as fizeram curso de formação continuada, muitos deles/as participaram de vários. Sendo assim, onze fizeram em sua área de formação; quinze em Metodologia de Ensino; nove em Didática; um em Administração Escolar; seis em Recursos Pedagógicos; dez em Educação Inclusiva; dois em Psicopedagogia e dois em outros. Percebe-se, que muitos dos cursos que os professores/as participaram têm relação com a área de formação, mas nota-se um interesse e procura por cursos ligados a Pedagogia com ênfase na inclusão.

No que diz respeito à diversidade, quando questionadas/os sobre quais os temas fizeram cursos, as respostas foram: doze sobre gênero; oito sobre sexualidades; seis sobre questões étnico/raciais; três de cultura afro brasileira e quilombola; três sobre cultura indígena; dez já fizeram sobre deficiência e um respondeu outros, não especificando. Segundo mapeamento, os cursos realizados foram ofertados pela Secretaria de Educação de Santa Catarina; Secretaria Municipal de Educação; Governo Federal/MEC; Instituição de Ensino Superior (Privada) e Instituição de Ensino Superior (Pública).

As respostas a esse questionamento mostram o quanto os temas ligados a diversidades são importantes para os professores/as dessa escola, muitos/as participaram de cursos com essa temática. Demonstram interesse em aprender para então, levar o conteúdo para suas aulas. O querer saber mais faz parte do nosso cotidiano, lembrando que essa pesquisa foi realizada na escola em que atuo como orientadora educacional e que as próprias respostas podem ter sido mediadas por essa relação profissional, embora o anonimato tenha sido preservado. Sendo assim, posso afirmar que a equipe formada por professores/as, equipe técnico-administrativa e direção discute estratégias, planeja aulas com base em projetos e isso só se torna possível porque existe conhecimento e interesse; pois trabalhamos com estudantes do sexto ao nono ano do Ensino Fundamental, que trazem consigo muitas perguntas, dúvidas e inseguranças que necessitam de respostas e atenção.

Quando questionados sobre quais desses temas trabalha ou trabalhou em sala de aula, temos como resposta que doze professores/as já discutiram gênero; doze sexualidades; onze questões étnico/raciais; oito cultura afro brasileira e quilombola; nove deficiências. Esse trabalho realizado em sala de aula vai além do que está previsto no currículo oficial, parte inúmeras vezes, de uma pergunta realizada por um/a aluno/a, uma brincadeira, um desenho ou até mesmo, de uma agressão praticada no espaço escolar. Para promover um ambiente de aprendizagem livre de preconceitos, o/a professor/a precisa estar preparado o que o leva a estudar essas temáticas nos cursos de formação continuada.

A partir do olhar e da experiência do/a professor/a, de sua percepção em relação aos interesses dos/as estudantes, os mesmos identificam os seguintes temas, como sendo aqueles que os/as alunos/as mais desejam debater em sala de aula: Gênero – três professores/as; Sexualidades – dezessete professores/as; Questões étnico/raciais – quatro professores/as; Cultura afro brasileira e quilombola – dois professores; Cultura indígena – dois professores/as e Deficiência – dois professores.

Interessante a frequência das respostas positivas em relação à formação e prática em sala de aula, abordando os temas de gênero e diversidade, quanto essas temáticas estão

inseridas na realidade do/a professor/a. Um movimento lento e contínuo em busca de conhecer a diversidade, como o enfatizado em documentos como os Parâmetros Curriculares Nacionais e, em Santa Catarina, a Atualização da Proposta Curricular de 2014, que contempla amplamente, os temas de Educação para as Relações de Gênero; Educação para Diversidade Sexual; Educação Ambiental Formal; Educação das Relações Étnico-Raciais; Educação Especial; Educação Escolar Indígena; Educação do Campo e Educação Escolar Quilombola.

Esta noção nos remete à idéia de diferenças de identidades constitutivas dos seres humanos, das suas organizações sociais, etnias, nacionalidades, gêneros, orientação sexual, religiosidades. (Atualização da Proposta Curricular de Santa Catarina, 2014, p.54).

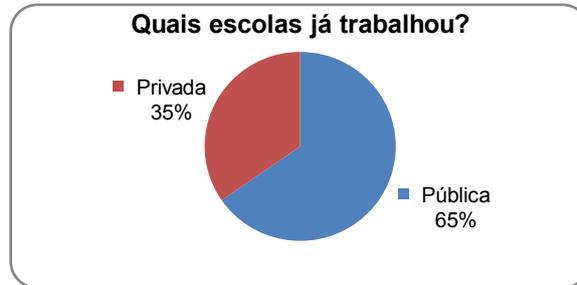
Importante salientar que essas temáticas estão inseridas no PPP da escola, principalmente porque durante sua construção, professoras, professores, equipe técnica pedagógica e direção mostraram-se preocupados/as em incluí-las textualmente. Tanto que gênero e diversidade têm um espaço destacado no PPP da escola, que contou com a participação e contribuição dos/as professores/as, refletindo as preocupações dos mesmos em relação aos seus interesses e aos interesses dos estudantes, porque percebem que essas temáticas não estão desconectadas da realidade da escola e de quem participa dessa comunidade.

Pensando nesse grupo de questionamento, um desses versou sobre saber se o/a professor/a atua ou atuou em alguma escola, além da EEBEAG e no caso de resposta for positiva, em qual escola (identificando o município). A partir das respostas, além da EEBEAG, a maioria dos/as professores/as trabalha em outros municípios pertencentes à região da Associação dos Municípios da Região de Laguna – AMUREL. Nesse sentido, é possível perceber que professores/as do sexto ao nono ano do Ensino Fundamental, por trabalharem com disciplinas específicas, com poucas aulas por turma e poucas turmas na escola, precisam para obter carga horária completa ou, simplesmente, para melhorar o salário, trabalhar em mais de uma unidade escolar. Essa é uma realidade diferente da maioria dos professores/as dos anos iniciais do Ensino Fundamental, que podem fechar sua carga horária em uma única escola.

As opções assinaladas pelos professores/as para responder em quais modalidades de Ensino atuam foram: Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Infantil e Educação de Jovens e Adultos – EJA. Compreende-se que por trabalharem com os anos finais do Ensino Fundamental, muitos/as professores/as para obter a carga horária de trabalho que lhes garanta maior remuneração, como já mencionado anteriormente, atuam em mais de uma escola e até mesmo, em outros municípios e em outras modalidades de ensino. Sendo assim, com poucas

exceções, não há no quadro, professores/as com dedicação exclusiva. Ainda pensando nesse campo de atuação profissional foram questionados sobre a atuação em instituições de ensino públicas e privadas:

Gráfico 10 – Perfil das escolas que trabalhou



A maioria dos professores/as, 65%, já trabalhou em escolas públicas, ou seja, 17 professores/as e 35% em escolas privadas, 9 professores/as. Para saber o ano em que o professor/a trabalhou em escolas públicas e em que ano trabalhou em escolas privadas, nos levou a diversas informações. Há registros de trabalho na rede pública desses 17 professores/as a partir do ano de 1987 até o ano atual, 2016, com saídas e retornos em diferentes épocas. Na rede privada entre os 9 professores, o registro inicia em 1984 e segue até a atualidade (2016), apresentando também, espaços de tempo sem vínculo algum com as mesmas. Esses dados são complementados com as informações dispostas na tabela a seguir, onde cada uma das linhas representa uma pessoa entrevistada seguido das datas referentes às suas experiências. Quatro dos professores/as pesquisados/as, apesar de estarem trabalhando na referida escola este ano, não responderam a pergunta.

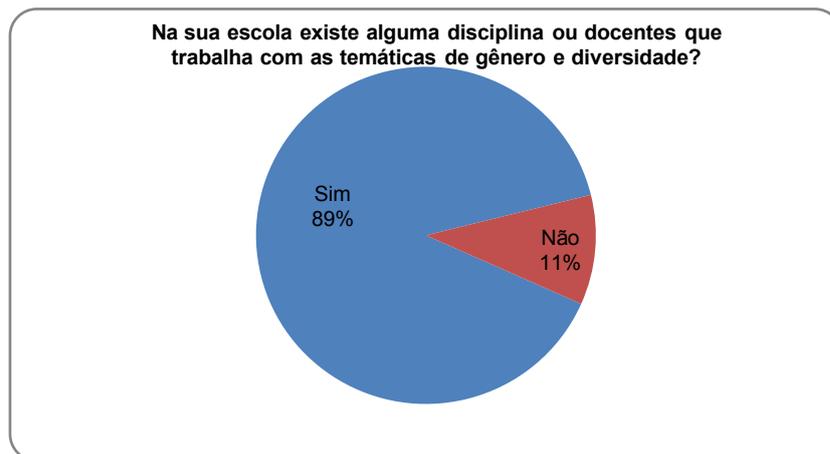
Tabela 1 – Em quais anos trabalhou em escola pública ou privada .

	Escolas Públicas	Escolas Privadas
Entrevistado/a 1	1987 - 2016	1992
Entrevistado/a 2	2016	1984 - 1988
Entrevistado/a 3	1998 - 2016	2002 - 2004
Entrevistado/a 4	1999 - 2016	2003 - 2005
Entrevistado/a 5	1999 - 2016	2001 - 2004
Entrevistado/a 6	2006 - 2016	
Entrevistado/a 7	2006 - 2016	
Entrevistado/a 8	2008 - 2016	
Entrevistado/a 9	2008 - 2016	2013

Entrevistado/a 10	2011 - 2016	2010 - 2011
Entrevistado/a 11	2012 - 2016	2013
Entrevistado/a 12	2013 – 2016	
Entrevistado/a 13	2014 – 2016	
Entrevistado/a 14	2014 – 2016	
Entrevistado/a 15	2016	2010 - 2012

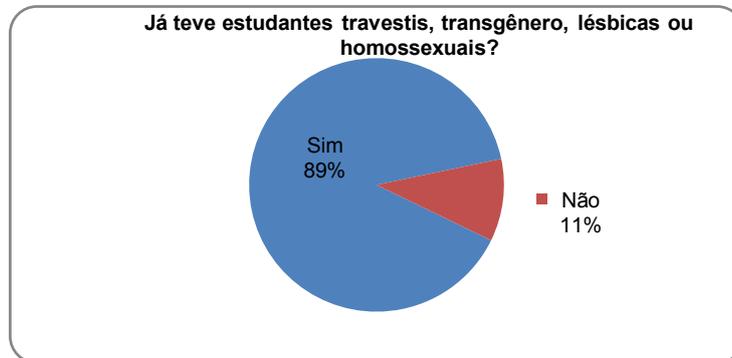
Quando as pessoas entrevistadas foram questionadas sobre o interesse em trabalhar em sala com a temática levantada pela pesquisa, obtivemos o seguinte resultado:

Gráfico 11 – Perfil de docentes que trabalham ou não com o tema



A partir dos números podemos observar que o interesse por debater essas temáticas é consideravelmente grande, informação que dialoga com a busca, tanto por cursos, quanto pela demanda estudantil destacada nos resultados do questionário. A resposta à pergunta se existe na escola alguma disciplina ou docente que trabalha temáticas de gênero e diversidade, conforme observado anteriormente teve confirmação positiva de 89% o que, se observarmos a questão a seguir, pode ser impulsionada pela própria presença LGBT em sala de aula:

Gráfico 12 – Questão se já teve estudantes travestis, transgênero, lésbicas ou homossexuais



A resposta para esse questionamento foi comparável a questão anterior, 89%. Dessa forma, podemos especular que a presença de estudantes travestis, transgênero, lésbicas ou homossexuais de alguma forma, tenha como produto a inclusão desse debate na prática docente.

O gráfico a seguir trata da experiência docente quanto às temáticas de gênero e diversidade:

Gráfico 13 – Perfil da experiência docente em relação ao debate de gênero e diversidade



As pessoas entrevistadas afirmaram já ter passado por alguma situação na escola, em que as discussões sobre gênero e diversidade foram necessárias, 61% dos pesquisados/as e 39% afirmaram que não. Esses números corroboram o interesse dos estudantes e a busca dos/as professores/as em cursos de formação continuada, relacionados a gênero e sexualidades.

A partir dessa indagação, àqueles/as que responderam sim foram convidados/as a contar um pouco sobre essas situações, ou sobre a que teve maior importância em sua experiência profissional. Três das respostas apontam a necessidade de trabalhar a temática no

cotidiano escolar, salientando uma delas que são “questões simples do dia a dia, de curiosidade de algum aluno, referente à determinada situação ou pessoa que levam a discussões amplas”. Para outro/a professor/a trabalhar em escola pública demanda “trabalhar com várias realidades” e a discussão se faz necessária para dar continuidade a todas as propostas. Já outro/a professor/a identifica como necessária a discussão em sua disciplina, porque a mesma faz parte da realidade do aluno. Outros/as quatro professores/as identificam a abordagem das questões de gênero, como sendo as mais comuns por conta das desigualdades no mercado de trabalho, preconceito em relação aos meninos não poderem realizar os serviços domésticos, preconceito em relação a meninos que não querem fazer atividades, porque acham que são de meninas. Para outros/as cinco professores/as o debate sobre religião, dignidade, censura sobre gays e lésbicas e igualdade de gênero dos alunos. Para outro é importante ressaltar o respeito com os alunos, o respeito à diversidade e possíveis temas e origens da homossexualidade ou mudanças sexuais.

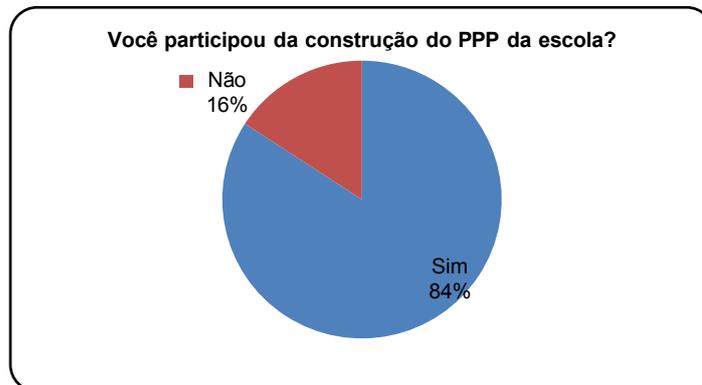
Compreendemos, assim, a necessidade de que a escola possibilite aos seus profissionais uma formação que lhes permita refletir e discutir temas vivenciados cotidianamente nas salas de aula e os quais não podemos mais fazer de conta que não existem. Se assim o fizermos, acabamos por aceitar preconceitos, violências de gênero e a polarização do masculino e feminino referente a modelos apresentados no âmbito das desigualdades e discriminações. (GRAUPE; SOUZA, 2015, p. 115)

Nesse sentido é possível perceber o quanto é importante discutir no âmbito escolar as questões relacionadas a gênero e sexualidades, pois não foram relatadas na pesquisa experiências práticas de sala de aula, mas de que forma compreendem a importância dessa discussão em sala. Na pesquisa essa seria uma oportunidade de pensarmos situações e como ocorreu a mediação docente, mas que não foi possível diagnosticar.

Ainda sobre essa pergunta, foi mencionado que em alguns momentos é necessário que haja uma conversa com determinados alunos, por haver preconceito com colegas que possuem diferenças. Por várias vezes houve discussões em sala de aula entre alunos/as, mas sempre houve diálogo para amenizar a situação. Outro/a relato/a diz que essas situações acontecem diariamente e a escola está sempre disposta a conversar, esclarecer dúvidas, conversar com os pais, entre outros. Outro/a relata discussões com alunos sobre o conteúdo sexo e sexualidade, racismo, homossexuais e heterossexuais.

Pensando que o PPP da Escola, conforme apresentado no capítulo anterior, esteve dialogando com documentos e preocupações pedagógicas sobre gênero, a questão seguinte tentou mapear a integração docente na construção desse documento:

Gráfico 14 – Participação da construção do PPP



A construção do PPP na escola é um momento importante de participação e produção coletiva e contou com participação de 84% dos professores/as dessa escola, enquanto 16% afirmaram não ter participado desse processo.

Desde a retirada das palavras gênero e sexualidades do Plano Nacional de Educação, bem como os debates contemporâneos sobre o tema como os ligados à Escola sem Partido, foi uma preocupação diante das respostas possíveis durante a investigação.

Os Planos de Educação são documentos, com força de lei, que estabelecem metas para que a garantia do direito à educação de qualidade avance em um município, estado ou país, no período de dez anos. Abordam o conjunto de atendimento educacional existente em um território, envolvendo redes municipais, estaduais, federais e as instituições privadas que atuam em diferentes níveis e modalidades da educação: das creches às universidades. Trata-se, pois, do principal instrumento da política pública educacional. (De Olho nos Planos, 2016).

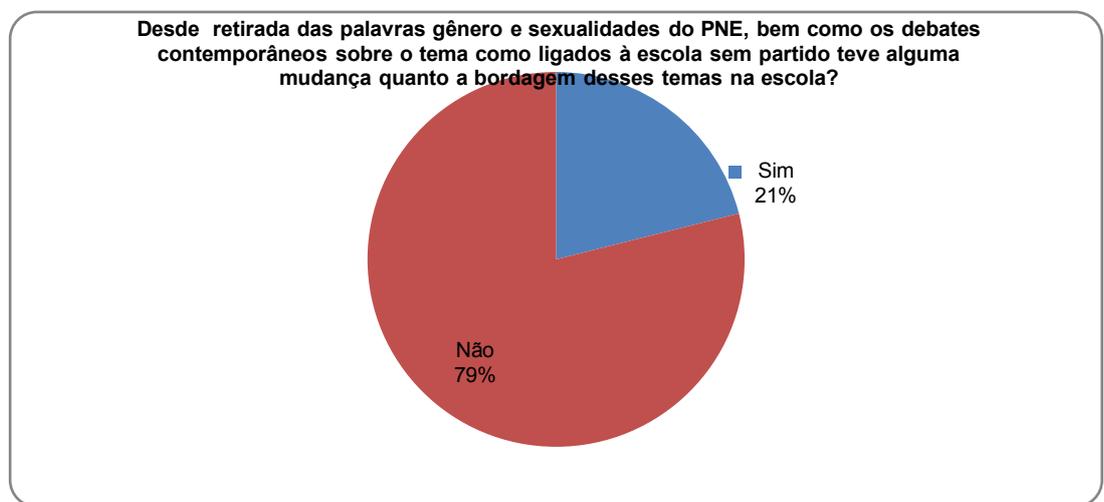
A partir do colocado acima, em relação ao Plano Nacional de Educação, que estabelece metas para a educação, as discussões sobre o mesmo e seus desdobramentos parecem ainda, não ter causado impacto na Escola e em sua rotina pelo que se percebe nas respostas ao questionário. As metas definidas para o próximo decênio do Plano de Educação, sua importância e consequências para a educação nacional, estadual e municipal com a retirada do termo “gênero” com suas implicações na escola e, diretamente em sala de aula, com os/as estudantes, merecem maior atenção e debate por parte de todos/as os maiores interessados/as nesse processo.

Com conquistas e derrotas, entre elas as disputas com o campo religioso conservador sobre as questões de gênero, raça e diversidade sexual o processo de tramitação do Plano Nacional de Educação deixa um grande legado e reforçou a importância da participação política na perspectiva de afirmação de direitos e de superação das profundas e perversas desigualdades que estruturam a sociedade brasileira e a educação do país. A

luta por “um PNE pra Valer” elevou o patamar do debate público, fortaleceu alianças políticas, ampliou as possibilidades da participação e explicitou ainda mais os conflitos envolvidos na construção da educação pública como um direito humano de todas as pessoas. (Ação Educativa, 2014).

Pensando nessa questão relacionada à conjuntura e de como o debate estaria interferindo na prática docente, foi realizada a seguinte pergunta:

Gráfico 15 – Reflexo da retirada do debate de gênero e sexualidade de documentos educacionais



Para a maioria dos/as professores/as 79%, não houve mudança após a retirada das palavras gênero e sexualidades do PNE, ou relacionados aos debates ligados ao Movimento Escola sem Partido. Entre os/as professores/as que perceberam mudanças há quem considere que o tema é bastante discutido em sala de aula, porém ainda muito presente no dia-a-dia escolar. Já para alguns a mudança aconteceu quanto à forma de solucionar problemas, ligados a esse tema. Em adição outros/as professor/as comentam que a escola se posiciona neutra frente a esse tema, mas sempre orientando quando há dúvidas dos alunos.

Como a direção da escola se posiciona diante do debate, sobre a retirada das palavras gênero e sexualidades do PNE e ao que se refere às discussões sobre escola sem partido foi outra questão, pensando no apoio e resistência possivelmente, presente nas relações escolares: Pergunta essa que quatro professores/as não responderam. Para um/a a escola não se posicionou, dois professores/as declaram que nas discussões entre os docentes os mesmos relatam ser este, um retrocesso a tudo que é trabalhado em sala, pois não reflete realidade do aluno, do que realmente acontece no seu dia a dia. Oito professores/as percebem a direção

disposta a abordar esses temas nas formações continuadas e em sala de aula, com espaço para o debate e o respeito. Um/a sugere que a escola procure profissionais para auxiliar da melhor forma, nos casos e manter-se neutra. Dois professores/as percebem que a direção da escola acha muito importante, que os debates e esclarecimentos sobre gênero e sexualidade ocorram na escola, pois isso faz parte da nossa realidade, do nosso dia a dia, podendo assim, evitar mal entendidos e até mesmo agressões e bullying. Um/a professor/a escreve: censurando qualquer hierarquia e marginalizações em desigualdades.

Responder a essa pergunta gerou inquietude e incertezas aos professores/as. Alguns chegaram a indagar qual seria a resposta certa a ser dada, porque não haviam participado de nenhuma discussão sobre esse tema com a direção, ao mesmo tempo, em que afirmavam perceber a direção aberta ao diálogo e ao debate e livre de preconceitos.

A próxima questão procura saber a opinião dos pesquisados sobre a retirada das palavras gênero e sexualidades das discussões escolares. As respostas mostram que: Um/a professor/a declarou estar neutro/a, por fora da situação. Outro/a professor/a afirma ter tomado conhecimento do fato a partir desse questionário. Um/a outro/a diz que não estava informado/a sobre essa ação, porém todos perdem com isso, principalmente tratando do bloqueio democrático e uma inserção maior do debate em ambiente escolar. Para um/a professor/a a escola pode abordar e orientar, mas cabe a família se envolver e conversar com conhecimento.

Ao analisar as respostas, quando um pesquisado refere-se dizendo “que todos perdem com isso”, busca-se na Constituição Federal, (1988, p. 1) em seu inciso III artigo 1º a afirmação de que temos em nosso país, dentre outros fundamentos, “a dignidade da pessoa humana”. Cabe lembrar que em outros documentos aqui citados, que as políticas públicas devem ser implantada em nosso país com objetivo de eliminar qualquer tipo de discriminação e preconceito. Fica uma indagação a ser feita: será que a atitude dos legisladores atuais em retirar as palavras gênero e sexualidades do PNE promoverá mais dignidade e respeito aos cidadãos brasileiros?

Assim, enquanto algumas respostas apontam a retirada como uma forma de mascarar a realidade; a maioria dos/das professores/as se mostra contra essa retirada, seja porque acaba prejudicando algumas áreas específicas, que trabalham diretamente com o assunto, ou porque acreditam que a escola pode oferecer uma educação plena, livre de preconceitos e que promova a construção do cidadão, da cidadã democrático/a. Colocam que o trabalho sobre gênero e diversidade, levando em consideração a realidade vivenciada por estudantes, a partir de debates e diálogos na escola é totalmente relevante nessa construção, respeitando a todos e

a todas, sejam estudantes, pais, comunidade escolar, professores/as, pois dessa forma, se concretiza o real processo de ensinar e aprender no cotidiano escolar, com ênfase na construção de uma educação inclusiva de todos/as para todos/as.

A última questão procurou saber se diante de sua experiência profissional e considerando o cotidiano escolar nos dias de hoje, como você avalia a relevância das temáticas de gênero e sexualidades para educação, como elemento dentro do Projeto Político Pedagógico da escola. Um dos questionários não trouxe resposta. As outras respostas exaltam a importância de a escola contextualizar estas duas questões que, cada vez mais, vem pedindo nossas atenções, tanto em discursos oficiais, como na realidade escolar e da sociedade, mas ao mesmo tempo, não podemos perder a função social da escola que é ensinar os conteúdos científicos.

Então essas falas exigem da escola e dos professores/as que trabalhem sempre contextualizando com este tema, para que o ato de ensinar não fique arrefecido. Há que se levar em consideração, que temos grande diversidade entre os/as alunos/as e deveríamos ajudá-los/las a respeitar as diferenças, promovendo a cidadania, sem gerar discriminação ou ambiente desconfortável.

A escola tem papel fundamental no conhecimento e desenvolvimento de nossas crianças e adolescentes, para que possam aprender a aceitar diferenças, saber como agir com seu corpo e seus sentimentos. Promover o conhecimento dessas temáticas, sem anular diferenças com espaço democrático garantido, com discussões no PPP, com alunos/as e comunidade escolar, promovendo igualdade entre os indivíduos, buscando uma nova sociedade.

Enquanto, outra resposta coloca que “a escola tem como uma de suas missões ser formadora de pessoas dotadas de espírito crítico, que reflitam sobre o acesso de todos/as, com o intuito de não excluir, mas sim promover a inclusão em um ambiente escolar capaz de olhar para os desafios e enfrentá-los, dentro da temática gênero e sexualidade”; para outros/as, “a escola é o lugar onde alunos/as satisfazem suas curiosidades e que é importante que faça parte do cotidiano, com projeto específico e orientação, para que o educando possa formar uma opinião correta, com palestras, folhetos informativos entre outros”. Um/a professor/a avalia como “necessário, pois fora de “casa” é o primeiro contato da criança com o mundo e às vezes não possui esses temas de maneira correta. Ficando para a escola a abordagem dos temas, para fazer com que as crianças convivam naturalmente, com questões que estão cada vez mais, presentes no seu dia a dia”.

As respostas obtidas mostram que para os/as professores/as da EEBEAG, trabalhar a temática de gênero e sexualidade na escola é importante, a começar com sua inclusão no PPP, nos planejamentos coletivos e individuais, em reuniões pedagógicas e reuniões de pais. Reconhecem que as discussões sobre gênero e sexualidades, inevitavelmente, fazem parte do cotidiano escolar, que precisam de uma abordagem contextualizada, que considere sua diversidade, promovendo uma educação livre de preconceitos.

Sob a expectativa de que a educação perpassasse a promoção de debates em torno das desigualdades de gênero, a escola necessita possibilitar espaços nos quais se desenvolvam discussões sobre o tema das relações de gênero, podendo proporcionar uma mudança cultural e uma construção de saberes sem preconceitos e priorizando a igualdade de gêneros. (GROSSI, *et al.*, 2015, p. 117).

Nossa escola não se abstém de promover e participar de discussões sobre gênero e sexualidades, mesmo que alguns de nós demonstremos inseguranças e incertezas. Durante a construção do PPP esse ano, uma das pautas foi que a escola trabalhe de forma organizada essa temática com todos: professores/as, funcionários/as, direção, estudantes. Muitas agressões, violências e discriminação têm início na falta de conhecimento e respeito às diversidades e é função da escola se fazer presente e atuante, propiciar um ambiente igualitário, com respeito ao outro e livre de preconceitos ou discriminação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhar as relações de gênero na escola é um grande desafio e as discussões sobre a educação sexual são instigantes, porque é parte do cotidiano em sala de aula. Assim, é importante conversar com professores/as e saber como conduzem esse processo ouvi-los/as, conhecer suas angústias, suas dúvidas e certezas sobre esse tema. Foi a partir dessa percepção que decidi por meu tema de monografia.

A intenção dessa pesquisa era analisar os documentos legais nacional, estadual e municipal acerca do tema gênero e sexualidades, bem como investigar as preocupações do PPP da instituição pesquisada, sobre as questões de diversidade e refletir sobre as formações docentes e o que eles consideram importante sobre este tema no processo ensino-aprendizagem. A investigação deu-se na Escola de Educação Básica Engenheiro Annes Gualberto, escola pública estadual do estado de Santa Catarina, com professores/as do sexto ao nono ano do Ensino Fundamental.

No decorrer da investigação vivenciei experiências significativas, pois, as leituras, as conversas e os questionários, evidenciaram a existência de preconceitos e tabus a respeito de gênero e sexualidades.

Ao longo das reflexões pode-se evidenciar que a escola pesquisada possui em seus documentos legais, diretrizes e encaminhamentos para trabalhar com os temas gênero e sexualidades. Por outro lado, a prática pedagógica mostrou-se deficitária, apontando lacunas e indagações, para toda a equipe gestora da escola, bem como a necessidade de ressignificar os conceitos e o trabalho pedagógico da escola acerca dos temas estudados.

Foi possível perceber que gênero e sexualidades não está contemplada nos Planos Nacional, Estadual e Municipal de Educação. Fato esse que em si representa um retrocesso porque a retirada dessas palavras não representa a realidade da sociedade em que vivemos com toda a sua diversidade. Na verdade representa a vontade de determinados grupos religiosos que desejam impor suas ideias e conceitos e que provocou muitas discussões e debates sobre o assunto. Afinal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs e a Proposta Curricular de Santa Catarina apresentam gênero e sexualidade como temas integrantes do currículo.

Tanto no PPP de 2012 como no de 2016, verificou-se a participação coletiva na construção e elaboração destes documentos.

O questionário com perguntas abertas e fechadas mostra o perfil dos docentes do sexto ao nono ano, professoras, jovens, casadas, mães, com formação acadêmica e especialização.

As respostas nos mostraram que 84% dos docentes pesquisados são do sexo feminino, caracterizando a feminização na educação. 68% dos pesquisados têm filhos, possuem uma relação estável – casadas, sendo que em sua maioria têm menos de quarenta anos de idade.

A realidade vivenciada apresenta um contexto onde a mulher ocupa espaços dentro da educação, que necessitam muitas vezes seja para completar carga horária ou melhorar salário, trabalhar em várias escolas da região da AMUREL.

Vale ressaltar que existe um grande interesse dos docentes em dialogar sobre essas temáticas e, que a presença de estudantes travestis, transgêneros, lésbicas ou homossexuais reforçam a inclusão desse debate na prática docente. Porém, é notável que as visões e os encaminhamentos dados pelos docentes são diversas ao que rege no PPP da escola. Portanto, fica claro que o trabalho dos docentes mesmo com formação acadêmica e especialização não tem sido suficientes para realizar um trabalho contínuo e sistemático nesta área.

O gráfico 13 comprova que 61% dos pesquisados afirmaram já ter passado por alguma situação na escola em que as discussões sobre gênero e sexualidades foram necessárias. Porém, quando solicitado que descrevessem algum relato prático de sala de aula envolvendo essas discussões, não foi possível registrar sequer uma experiência. Como se houvesse certa hesitação, um cuidado da parte deles em falar sobre isso especificamente.

As análises dos gráficos seguintes mostram que apesar das inovações educacionais, os educadores não estão suficientemente preparados para falar sobre gênero e sexualidades e que a direção da escola está aberta ao diálogo e ao debate.

Eles são contra a retirada das palavras gênero e sexualidades dos documentos educacionais. Apontam a retirada como uma forma de mascarar a realidade, pois é um fato histórico e cultural no Brasil, negligenciar debates a respeito da diversidade, gerando mais insegurança aos educadores.

Em suma, os educadores vêm na escola um papel importantíssimo e necessário para contextualizar essas questões que cada vez mais vem pedindo nossas atenções. A escola precisa abordar esses temas, fazendo com que os estudantes cresçam num ambiente de respeito mútuo, livre de preconceitos e discriminação.

Dada a importância do tema pesquisado e leitura e diálogo com diversos autores é possível vislumbrar outra realidade, portanto faz-se necessário a implementação de ações dentro do processo educativo que trate as questões de gênero e sexualidades sob um aspecto sistemático e conceitual, ou seja, toda a escola precisa estar diretamente envolvida. A

capacitação docente, através dos cursos de formação continuada deve ser priorizada enquanto plano de gestão, fornecendo espaços de discussões, planejando ações conjuntas para práticas pedagógicas transformadoras e humanizadoras.

Fica uma indagação: Por que os entrevistados não relataram nenhuma experiência prática, sendo que declararam que estes temas fazem parte do dia-a-dia da escola? Sabe-se que sexualidades e gênero é algo inerente a condição humana e para muitos estudantes a escola é o único espaço educativo responsável por uma formação integral na vida deles.

6. REFERÊNCIAS

ANDRES, Suelen de Souza; JAEGER, Angelita Alice; GOELLNER, Silvana Vilodre. **Educar Para A Diversidade: Gênero e Sexualidade Segundo A Percepção De Estudantes E Supervisoras Do Programa Institucional De Bolsa De Iniciação À Docência (UFMS)**. Revista Educação Física/UEM, v.26, n.2, p. 167-179, 2. Trim. 2015. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/refuem/v26n2/1983-3083-refuem-26-02-00167.pdf>> Acesso em 20 junho 2016.

BARRETO, Andreia; *et al.*, Direitos Reprodutivos e Direitos Sexuais e Dimensão Conceitual. IN GROSSI, M. P. *et al.* **Especialização EaD em Gênero e Diversidade na Escola**. Livro V, Módulo V e VI. Tubarão. Editora Copiart, 2016. 320 p. Livro Didático.

BOOTH, Wayne C.; COLOMB, Gregory G.; WILLIAMS, Joseph M. **A Arte da Pesquisa**. Editora Martins Fontes. São Paulo. 2005.

BORGES, Zulmira Newlands, *et al.*, **Percepção de professoras de ensino médio e fundamental sobre a homofobia na escola em Santa Maria (Rio Grande do Sul/Brasil)** Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 39, p. 21-38, jan./abr. 2011. Editora UFPR. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/er/n39/n39a03.pdf>> Acesso em 20 junho 2016.

BRAÇO DO NORTE. Lei complementar municipal nº 347 de 3 de junho de 2015. **Institui o plano municipal de educação para o decênio 2014-2024**. Disponível em: <http://www.camarabn.sc.gov.br/> . Acesso em 10 de novembro de 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1998**. Barueri, SP: Manole, 2003.

BRASIL. Decreto ° 8727, de 28 de abril de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional da República. **Casa Civil**. Brasília, 2016. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8727.htm. Acesso em 20 de novembro 2016.

BRASIL. Lei 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação. Presidência da República. **Casa Civil**. Brasília, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011/2014/lei/l13005.htm. Acesso em 25 de novembro 2016.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Presidência da República. Casa Civil. Brasília, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 25 de novembro 2016.

BRASIL. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e da outras providências. **Diário Oficial da Republica Federativa o Brasil**. Brasília, DF, 1990.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**. Brasília, MEC, 1998, 496 p.

BRASIL. Resolução nº 4, de 13 de Julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. **Casa Civil**. Brasília, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf. Acesso em 23 de novembro de 2016.

BRASIL. Resolução nº7 de 14 de dezembro de 2010. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. **Casa Civil**. Brasília, 2010. Disponível:http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10. Acesso em 23 de novembro de 2016.

CARREIRA, D. Ação em Rede- O Plano Nacional de Educação e os desafios da Participação da Sociedade Civil. **Ação Educativa**. 2014. Disponível em: www.acaoeducativa.org.br/index.php/em-acao/52-acao-em-rede/10004949-o-plano-nacional-de-educacao-e-os-desafios-da-participacao-da-sociedade-civil. Acesso em 10 novembro 2016).

De olho nos planos. <http://www.deolhonosplanos.org.br/planosdeeducacao>. Acesso em 10 novembro 2016.

DIÁRIO OFICIAL. ESTADO DE SANTA CATARINA. **Lei Nº 16.794 de 14 de dezembro de 2015. Aprova o Plano Estadual de Educação (PEE) PARA O Decênio 2015-2024 e estabelece Outras Providências**. Disponível em <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/PEE-SC_Lei_n%C2%BA_16%20(1)> Acesso em 14 agosto 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA.PREFEITURA DE BRAÇO DO NORTE. **Lei Complementar Municipal Nº 347 de 03 de Junho de 2015. Institui o Plano Municipal de Educação para o Decênio 2014-2024**. Disponível em <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Lei_PME_Bra%C3%A7o_do_Norte%20(1).pdf> Acesso em 14 agosto 2016.

GADOTTI, M. Perspectivas atuais da educação. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo. 14(2) 2000.

GESSER, M. ZANDONÁ, J. **Diversidade, diferenças e interculturalidade**. IN: GROSSI, P.M . Livro 1, modulo 1. Introdução a tecnologia do ensino a distância; diversidades, diferenças e interculturalidade; gênero: um conceito importante para o conhecimento do mundo social. Florianópolis: Instituto de Estudos de Gênero, UFSC, 2015. Livro didático.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. Editora Atlas S.A. São Paulo. 2002.

GRAUPE; SOUZA, 2015, p. 115 GRAUPE, Mareli. SOUSA, Lúcia Aulete Búrigo de. Políticas públicas de gênero no campo da Educação. In: GRAUPE, Mareli; BRAGAGNOLLO, Regina. **As Diferenças de Gênero no Espaço Escolar**. Florianópolis: Instituto de Estudos de Gênero / Departamento de Antropologia / Centro de Filosofia e Ciências Humanas / UFSC, 2015. Livro didático.

GROSSI, M.P. *et al.* **Metodologia da pesquisa**: Construção de um projeto de pesquisa. In: GROSSI, M.P. *et al.*, Especialização EaD em gênero e diversidade na escola . Tubarão: Ed. Copiart, 2015. 320 p. Livro didático.

IDEB. **DEB 2005, 2007, 2009, 2011, 2013, 2015 e Projeções para o Brasil**: Resultados e metas. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>. Acesso em 15 de novembro de 2016.

INEP. **Censo Escolar** (anexo I e II). 2014. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo>. Acesso em: 20 de novembro de 2016.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero e sexualidade**: pedagogias contemporâneas. Pro-Posições, v. 19, n.2 (56) – maio/ago. 2008. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2.pdf>> Acesso em 20 junho 2016.

PEDRO, J.M. **Traduzindo o debate**: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. IN: GROSSI, P.M. Livro 1, modulo 1. Introdução a tecnologia do ensino a distância; diversidades, diferenças e interculturalidade; gênero: um conceito importante para o conhecimento do mundo social. Florianópolis: Instituto de Estudos de Gênero, UFSC, 2015. Livro didático.

Projeto Político Pedagógico. **Escola de Educação Básica Engenheiro Annes Gualberto**, 2012.

Projeto Político Pedagógico. **Escola de Educação Básica Engenheiro Annes Gualberto**, 2016.

QUIRINO, Gualberto da Silva; ROCHA, João Batista Teixeira da. **Prática Docente Em Educação Sexual Em Uma Escola Pública De Juazeiro Do Norte, CE, Brasil.** Ciências e Educação, Bauru, v.19, n.3, p. 677-694. 2013. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v19n3/11.pdf>> Acesso em 20 junho 2016.

SANTA CATARINA, GOVERNO DO ESTADO. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. **Proposta Curricular de Santa Catarina: Formação Integral na Educação Básica.** Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação. 2014. Disponível em <http://www.propostacurricular.sed.sc.gov.br/site/proposta_curricular_final.pdf> Acesso em 14 agosto 2016.

SANTA CATARINA. Lei 16.794 de 14 de dezembro de 2015. **Aprova o Plano Estadual de Educação (PEE) para o decênio 2015-2024.** Florianópolis: SEEI, 2014. Disponível em: <http://www.sed.sc.gov.br/index.php/documentos/plano-estadual-de-educacao-sc-452/4263-plano-estadual-de-educacao-versao-14-12-15>. Acesso em: 25 de outubro de 2016.

SANTA CATARINA. Lei Complementar nº 170, de 07 de agosto de 1998. **Dispõe sobre o Sistema Estadual de Educação.** Florianópolis, 1998. Disponível em: <http://server03.pge.sc.gov.br/LegislacaoEstadual/1998/000170-010-0-1998-000.htm> Acesso em: 25 de outubro de 2016.

SCOTT, J. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Educação sociedade.** Porto Alegre, V.16, n.2, p.5-22, 1990.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais/Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 126. 1. Parâmetros Curriculares Nacionais. 2. Ensino de Primeira à Quarta Série. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>> Acesso em 14 agosto 2016.

Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável. **Projeto Calçada acessível:** guia para projetos de espaço público. RJ, 2012, 45p.

VIANNA, Cláudia Pereira. **O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios.** Educ. Pesqui., São Paulo, Aheadofprint, mar. 2015. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/ep/2015nahead/1517-9702-ep-1517-97022015031914.pdf>> Acesso em 20 junho 2016.

VIANNA, Cláudia Pereira. **O sexo e o gênero da docência.** Cadernos Pagu (17/18) 2001/02: pp.81-103. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n17-18/n17a03.pdf>> Acesso em 18 janeiro 2017.

7. APÊNDICES

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em responder ao presente questionário na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa intitulado (a) Sexualidades: entre o conceito e as práticas cotidianas. A percepção das professoras e dos professores da Escola de Educação Básica Engenheiro Annes Gualberto, Braço do Norte/SC, desenvolvida pelo Curso de Gênero e Diversidade na Escola da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) situada a Rua Engenheiro Agrônomo Andrei Cristian Ferreira, s/n – Trindade, Florianópolis – SC – 88040-900, telefone (48) 3721-9000.

Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é orientada por Maise Zucco, a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário através do e-mail maisecz@gmail.com. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é analisar a visão das professoras e dos professores de uma escola estadual sobre educação sexual nas suas aulas. Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde. Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de questionário escrito a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo (a) pesquisador (a) e/ou seu(s) orientador(es) / coordenador(es). Estou ciente de que, caso eu tenha dúvida ou me sinta prejudicado(a), poderei contatar o(a) pesquisador(a) responsável [ou seus orientadores].

O (a) pesquisador (a) principal do estudo / pesquisa / programa me ofertou uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse (a) estudo / pesquisa / programa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Braço do Norte, ____ de _____ de _____

Assinatura do (a) participante: _____

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DE GÊNERO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EaD GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA

QUESTIONÁRIO

Sou Orientadora Educacional, meu nome é Rosângela Monteiro Simiano. Este questionário faz parte do Trabalho de Conclusão de Curso da Especialização EaD Gênero e Diversidade na Escola, que procura refletir sobre as experiências dos/as professores/as desta instituição de ensino no que diz respeito às temáticas de gênero e sexualidades. Nesse sentido, esta pesquisa busca saber um pouco sobre como esses temas já entraram (ou não) em sala de aula, suas angústias, dúvidas, se diante de sua formação se sentiu instrumentalizado/a a debater o tema, se é de interesse das/os estudantes, etc. Todas as respostas do presente questionário serão informações anônimas.

1 - Gênero:

masculino feminino

2 – Idade: _____

3 - Estado Civil:

- Casada(o)
 Solteira(o)
 Divorciada (o)
 União estável
 Viúva(o)

4 - Possui Filhos?

sim não

5 –Se a resposta anterior for sim, quantidade de filhos:

- 1
 2
 3 ou mais filhos

6 - Formação:

Licenciatura

- Bacharelado
- Técnico Superior
- Magistério
- Outro _____

7 - Área de conhecimento:

- Pedagogia
- Português
- Matemática
- Geografia
- História
- Biologia
- Química
- Física
- Educação Física
- Artes
- Línguas Estrangeiras
- Outro _____

8 - Ano de Conclusão da graduação: _____

9 - Possui formação complementar?

- Não possui
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Pós-Doutorado
- Outro _____

10 - Em quais temas fez formação complementar?

11 –Atua em alguma escola além da Escola de Educação Básica Enenheiro Annes Gualberto?
Se a resposta for sim, em qual escola atua (identificar o município)?

12 - Em quais modalidades de ensino atua?

- Ensino Infantil
- Ensino Fundamental
- Ensino Médio

- Educação de Jovens e Adultos
- Educação Quilombola
- Educação do Campo
- Outro _____

13 - Quais escolas já trabalhou?

- Pública
- Privada

14 - Em quais anos trabalhou nelas?

15 - Fez curso de formação continuada?

- Sim
- Não

16 - Em quais temas?

- Em sua área de formação
- Metodologia de Ensino
- Didática
- Administração Escolar
- Recursos Pedagógicos
- Educação Inclusiva
- Psicopedagogia
- Outro _____

17 - No que diz respeito à diversidade, quais os temas fez cursos?

- Gênero
- Sexualidades
- Questões étnico/raciais
- Cultura afro brasileira e quilombola
- Cultura indígena
- Deficiência
- Outro _____

18 – Quem ofertou esses cursos?

- Secretaria de Educação de Santa Catarina
- Secretaria Municipal de Educação
- Governo Federal/MEC
- SECADI
- Instituição de Ensino Superior (Privada)
- Instituição de Ensino Superior (Pública)

19 - Quais desses temas já trabalha ou trabalhou em sala de aula?

- Gênero
- Sexualidades
- Questões étnico/raciais
- Cultura afro brasileira e quilombola
- Cultura indígena
- Deficiência
- Outro _____

20 - Quais desses temas os/as estudantes possuem maior interesse?

- Gênero
- Sexualidades
- Questões étnico/raciais
- Cultura afro brasileira e quilombola
- Cultura indígena
- Deficiência
- Outro _____

21 - Na sua escola existe alguma disciplina ou docentes que trabalha com as temáticas de gênero e diversidade?

- Sim
- Não

22 - Já teve estudantes travestis, transgênero, lésbicas ou homossexuais?

- Sim
- Não

23 - Já passou por alguma situação na escola em que as discussões sobre gênero e diversidade foram necessárias?

- Sim
- Não

24 - Se a resposta anterior foi sim, conte um pouco sobre essas situações ou sobre a que teve maior importância em sua experiência profissional.

25 - Desde a retirada das palavras gênero e sexualidades do Plano Nacional de Educação, bem como os debates contemporâneos sobre o tema como ligados à Escola sem Partido, teve alguma mudança quanto à abordagem desses temas na escola?

() Sim

() Não

26 - Quais foram?

27 - Como a direção da escola se posiciona diante desse debate?

28 - Qual sua opinião sobre essa retirada o gênero e sexualidades das discussões escolares?

29 – Você participou da construção Projeto Político Pedagógico da escola?

() Sim

() Não

30 – Diante de sua experiência profissional e considerando o cotidiano escolar nos dias de hoje, como você avalia a relevância das temáticas de gênero e sexualidades para educação, como elemento dentro do Projeto Político Pedagógico da escola?
